

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



ESPBA

ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DA BAHIA
PROFESSOR JORGE NOVIS

2021 - 2025

ESPBA/SESAB/SUPERH

Rui Costa

Governador do Estado da Bahia

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Secretária de Saúde do Estado

Janaína Peralta de Souza

Superintendente de Recursos Humanos

Marília Santos Fontoura

Diretora da Escola de Saúde Pública da Bahia

Danilo Gonçalves Barbosa

Coordenador da Secretaria Geral de Cursos

Cláudia Cristiane Moura Silva Souza

Coordenadora de Planejamento e Regionalização

Joseane Mota Bonfim

Coordenadora de Integração da Educação e Trabalho na Saúde

Renivaldo Freitas dos Santos

Coordenador de Administração e Ações Estratégicas

Millene Moura Alves Pereira

Coordenadora de Qualificação e Formação Técnica e Pós-Graduada

Ângelo Philocreon Castro Lima

Coordenador de Residências em Saúde e Formação em Serviço

Rafael da Costa Veloso

Coordenador Pedagógico, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais

Residentes em Planejamento e Gestão em Saúde ISC/UFBA

Letícia Carvalho Leite Vieira

Ricardo Cardoso dos Santos

Grupo de Trabalho Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-25

Ana Clélia de Freitas Teixeira Góes

Cláudia Cristiane Moura Silva Souza

Danilo Gonçalves Barbosa

Iêda Maria Fonseca Santos

Iolanda Nogueira

Joseane Mota Bonfim

Millene Moura Alves Pereira

Miralva Ferraz Barreto

Rejane Maria Conceição Alves

Ricardo Cardoso dos Santos

Coordenação

Marília Santos Fontoura

Cláudia Cristiane Moura Silva Souza

Organização

Ricardo Cardoso dos Santos

NOTA DE ATUALIZAÇÃO

Plano de Desenvolvimento Institucional ESPBA 2021-2025, revisado, validado e atualizado em março de 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO	15
1.1 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BAHIA: UMA ESCOLA DO SUS E PARA O SUS	16
2. PERFIL INSTITUCIONAL	19
2.1 BREVE HISTÓRICO DA ESPBA	20
2.2 INSERÇÃO REGIONAL	24
2.2.1 A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE	31
2.3 MISSÃO	32
2.4 VISÃO DE FUTURO	32
2.5 PRINCÍPIOS	32
2.7 FINALIDADE	32
2.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS	32
2.9 PÚBLICO-ALVO	46
2.10 ÁREAS DE ATUAÇÃO	46
2.11 RESPONSABILIDADE SOCIAL	47
2.12 POLÍTICAS DE ENSINO	49
2.13 AÇÕES DE PESQUISA	54
3. GESTÃO INSTITUCIONAL	57
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	58
3.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	66
3.3 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	69
4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	70
4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	71
4.1.1 DIRETRIZES/CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	71
4.1.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	72
4.1.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	74
4.1.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	75
4.1.5 PERFIL DO EGRESSO	76

4.2 OFERTA DE CURSOS	81
5. INFRAESTRUTURA	80
5.1 INSTALAÇÃO	80
5.2 EQUIPAMENTOS	81
5.3 BIBLIOTECA	81
5.4 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	83
6. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	85
7. PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	87
REFERÊNCIAS	90

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1. Distribuição das bases regionais de saúde do estado da Bahia por NRS, Bahia, 2021

Quadro 2. Distribuição de discentes matriculados nas ações educativas ofertadas pela EFTS, EESP e ESPBA de 2015 a 2020, Bahia, 2021.

Quadro 3. Planejamento estratégico da ESPBA para o quinquênio 2021-25, Bahia, 2021.

FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo da ESPBA, Bahia, 2021.

Figura 2. Áreas de atuação da ESPBA, Bahia, 2021.

Figura 3. Organograma da ESPBA em relação à SESAB, Bahia, 2021.

GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição de discentes matriculados nas ações educativas ofertadas pela EFTS, EESP e ESPBA de 2015 a 2020, Bahia, 2021.

Gráfico 2. Quadro técnico da ESPBA segundo tipo de vínculo, Bahia, 2021.

Gráfico 3. Quadro efetivo e com cargo comissionado da ESPBA segundo área de formação, Bahia, 2021.

Gráfico 4. Quadro docente da ESPBA segundo titulação, Bahia, 2021.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ASCOM	Assessoria de Comunicação
CAAE	Coordenação de Administração e Ações Estratégicas
CEE	Conselho Estadual de Educação da Bahia
CENDRHU	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
CFPG	Coordenação de Qualificação e Formação Pós-Graduada
CFTE	Coordenação de Qualificação e Formação Técnica
CIET	Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde
COPEPTE	Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais
CORES	Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço
CPR	Coordenação de Planejamento e Regionalização
DI	Desenvolvimento Institucional
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRES	Diretorias Regionais de Saúde
EaD	Ensino à Distância
EESP	Escola Estadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto
EFTS	Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis
EPS	Educação Permanente em Saúde
ES	Estabelecimento de Saúde
ESPBA	Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis
GOVBA	Governo do Estado da Bahia
IES	Instituição de Ensino Superior
IET	Instituição de Ensino Técnico
MFC	Medicina de Família e Comunidade
MINTER	Mestrado Interinstitucional
NEPA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Avaliação
NRS	Núcleo Regional de Saúde
PAOE	Projetos/Atividades/Operações Especiais
PAS	Programação Anual de Saúde
PCCV	Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PDR	Plano Diretor de Regionalização
PEGTES	Política Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
PERES	Política Estadual de Residências em Saúde
PES	Plano Estadual de Saúde
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PLE	Projeto Larga Escala
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PPA	Plano Plurianual
PPLS	Planejamento e Programação Local em Saúde
PROFAE	Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem
REES	Rede Estadual de Educação na Saúde
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SGA	Sistema de Gestão Acadêmica
SGC	Coordenação da Secretaria Geral de Cursos
SGEO	Sistema de Gestão de Estágios Obrigatórios
SGERS	Sistema de Gestão de Residências em Saúde
SGET	Sistema de Gestão do Ensino Técnico
SUPECS	Superintendência de Educação Permanente e Comunicação em Saúde
SUPERH	Superintendência de Recursos Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TPE	Trabalho como Princípio Educativo
UFORTEC	Unidade de Formação Técnica

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

A Escola de Saúde Pública da Bahia – ESPBA – Professor Jorge Novis, como parte da SUPERH/SESAB, vem, desde abril de 2019, quando foi publicado decreto nº 19001 de 02/04/2019, constituindo-se formal e institucionalmente como espaço fundamental para formação, qualificação e valorização do trabalhador da saúde. Sua constituição acontece a partir da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis - EFTS (criada em 1994) e da Escola Estadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto - EESP (criada em 2002), as quais por sua vez, tiveram sua origem na Unidade de Formação Técnica - UFORTEC e na DICAP que entre outros setores compunham o antigo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CENDRHU/SESAB.

Historicamente este espaço de educação na Saúde, de promoção e desenvolvimento de ações de educação na saúde ou de parte da Política de Gestão do Trabalho de Educação na Saúde, mesmo antes desta política ser constituída a partir da reestruturação do MS e criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde - SGTES com a finalidade de organizar e mobilizar ações no campo do Trabalho e da formação, com vistas à valorização e qualificação dos trabalhadores.

Pode-se dizer que a ESPBA/SUPERH tem sido uma instituição fundamental para o permanente processo de formação, capacitação, especialização e desenvolvimento dos profissionais que atuam no âmbito da rede sob gestão da SESAB e no Sistema Único de Saúde – SUS em geral. Ao longo dos anos, vem construindo uma história, superando obstáculos, enfrentando desafios, produzindo e realizando projetos voltados para qualificação formação e valorização das trabalhadoras e trabalhadores da saúde na Bahia. Assumiu o desafio de integrar ações de todos os níveis de formação em saúde: médio, graduação, pós-graduação, incluindo residências médicas, multiprofissionais e de área profissional. Além disso, promove capilarização das ações educativas na saúde, contribuindo com os processos de regionalização e interiorização dos serviços de saúde e educação em saúde. A sede está localizada no Centro de Atenção à Saúde, Avenida ACM, s/nº, Salvador/BA.

A missão da ESPBA como parte da SESAB enquanto instância estadual do SUS é, *realizar ordenamento da formação de Recursos Humanos na área da saúde, contribuindo com a formação dos trabalhadores do e para o SUS no Estado da Bahia, de forma a desenvolver competências integradas, interdisciplinares e interprofissionais, considerando as necessidades de saúde da população do estado da Bahia, com vistas a favorecer o fortalecimento do compromisso ético, político e humanístico com o SUS*, portanto, qualificar os servidores públicos e trabalhadores de saúde que compõem o quadro funcional da SESAB, com o intuito de promover melhorias nos serviços de saúde prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), faz parte de sua missão.

A atuação da ESPBA, além da rede estadual de saúde, pode alcançar os trabalhadores dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do Estado da Bahia, desde que exista formalização de parcerias entre o Estado e os municípios, em conformidade com as políticas públicas de saúde e o perfil regional e epidemiológico das respectivas populações, perfil este que contribui para determinação das necessidades de qualificação da força de trabalho do SUS. Tais necessidades podem ajudar na direcionalidade e conformidade de cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização e habilitação técnica de nível médio a depender das especificidades e necessidade de aprofundamento de um dado tema ou prática de saúde.

As ações para qualificação dos trabalhadores caminham em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e, a partir de 2012, com a Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (PEGTES), com os compromissos do Plano Plurianual Anual do Estado (PPA) e metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Saúde (PES), bem como as contingências e fatos sanitários epidemiológicos, como foi o caso da pandemia iniciada em março de 2020, que, além de novas demandas, determinou mudanças nas metodologias e uso de novas tecnologias.

Vale ressaltar ainda, que a integração ensino-serviço e a corresponsabilização dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS com a formação em saúde tem base constitucional no **inciso III do Art. 200 da Constituição Federal**, o qual afirma ser atribuição do SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde” e, no seu **inciso V** prevê como

competência *“incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação”*.

A Lei Federal de estágio 11.788/2008 que dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios, em seu Art. 3, §1º, também realça a necessidade de articulação entre os profissionais da assistência e os profissionais das Instituições de Ensino Superior - IES, onde consta que *o estágio como ato educativo escolar supervisionado deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente*. Assim, esta Escola, também tem o papel de fazer a mediação entre os estabelecimentos de saúde da rede estadual de saúde, com as instituições formadoras de ensino para que as condições para as diversas formações em saúde sejam, na medida do possível, contempladas.

A SESAB/SUPERH através da ESPBA, para além do ordenamento da Formação em saúde no âmbito estadual, tem procurado colaborar mais objetivamente, com a formação dos profissionais da saúde no Estado da Bahia e, em cumprimento das suas obrigações legais que, segundo a Lei 8080/90 em seu Art. 27, parágrafo único, diz que *“os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional”*, entende que cabe aos entes federativos que compõem o SUS, em cada esfera de governo, colocar sua rede assistencial, à disposição para apoiar a formação em saúde. Assim, a rede assistencial e de promoção a saúde, é também considerada como espaço de ensino - aprendizagem para todos os cursos da área da saúde, observando-se, entre as Instituições de Ensino, a mesma priorização prevista no SUS, público, filantrópico sem fins lucrativos e privado.

No contexto acima, em 10 de outubro de 2018, lançou a Portaria Estadual 1.107, que regulamenta o acesso aos cenários práticos de ensino - aprendizagem de formação técnica, graduação e pós-graduação, inclusive em formato de residências, nos estabelecimentos de saúde da rede própria de gestão direta e indireta da SESAB. Considerando o Decreto nº 19001 de 02/04/2019 que cria a ESPBA, bem como as demandas e questões que tem se apresentado na prática, podendo, esta Portaria acima citada, ser ajustada e republicada.

Para elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI utilizou-se os PDIs tanto da EESP como da EFTS, além de uma série de momentos de diálogos e atualizações das metas e diretrizes do Estado e da SESAB contidas nos documentos oficiais e instrumentos de gestão já existentes. Este é, sem dúvida, também um plano concebido, construído, a ser executado coletivamente de forma colaborativa, tomando como referência as diretrizes políticas e documentos já existentes tanto no plano estadual como da Secretaria de saúde do Estado, bem como as experiências e saberes acumulados durante anos, tanto pela instituição como pela equipe de trabalhadores, trabalhadores e colaboradores como Residentes que aqui desenvolvem suas práticas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola de Saúde Pública da Bahia, Professor Jorge Novis, que ora é apresentado para o período 2021 a 2025, adota como princípio fundamental a garantia do direito universal a saúde e a defesa da vida, além de tomar como fio condutor de suas ações e processos educativos, o trabalho em saúde, as demandas dos trabalhadores e dos serviços de saúde em prol da valorização profissional, da prática e da melhoria da atenção para os usuários do SUS, razão da existência desta Escola de Saúde Pública da Bahia.

Marília Santos Fontoura
Diretora da ESPBA/SUPERH/SESAB

1. INTRODUÇÃO



1.1 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BAHIA: UMA ESCOLA DO SUS E PARA O SUS

A Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA) é uma das diretorias da Superintendência de Recursos Humanos (SUPERH), componente da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Configura-se como resultado do processo de estruturação compartilhada entre duas escolas do Sistema Único de Saúde na Bahia (SUS/BA) anteriormente existentes: a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS) e a Escola Estadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto (EESP), com respectivamente 23 e 15 anos enquanto referências no ordenamento da formação em saúde no estado da Bahia.

A ESPBA teve sua estrutura criada pelo Decreto nº 19.001 de 02 de abril de 2019, que alterou o Regimento da SESAB (GOVBA, 2019). A integração das duas escolas foi uma decisão política no sentido de fortalecer a Educação Permanente em Saúde (EPS) no estado. No resguardo das Bases Legais da Educação, o Parecer nº 443, do Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de dezembro de 2018, assegurou autonomia didática à ESPBA para organizar seus cursos ao conceder credenciamento especial para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, habilitar para a qualificação e certificação de profissionais e trabalhadores que atuam na atenção à saúde e na gestão do SUS/BA, e integrar as ações da educação profissional técnica na saúde.

A gestão da educação, compreendida por meio da formação e do desenvolvimento de trabalhadores em saúde, se constitui questão fundamental para a qualidade da atenção em saúde prestada à população e em estratégia de qualificação da gestão dos Serviços e Sistemas de Saúde. A educação para o trabalho na saúde, em qualquer espaço onde se realize, é uma diretriz qualificadora da gestão de equipes e de serviços. A consciência da importância dessa ação orientou a realização de planos e programas nos sistemas de saúde das Américas, inclusive no Brasil.

No contexto atual, a ESPBA assume um papel importante na formulação e implementação de políticas de Gestão da Educação na Saúde com vistas a ampliar e qualificar as estratégias político-pedagógicas de formação de profissionais do SUS/BA, de acordo com as necessidades expressas na Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

(PEGTES). Destaca-se assim o papel importante dessa escola do SUS, por meio de suas práticas educativas que contribuem com a qualificação de trabalhadores da saúde e serviços, de forma a sustentar o projeto político-cultural da Reforma Sanitária Brasileira (RSB).

A unificação das duas escolas do SUS/BA traz à tona o desafio da construção da identidade institucional da ESPBA, no sentido de agregar os fazeres das escolas anteriores de forma a atender às demandas atuais. Essa necessidade leva à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) enquanto um instrumento norteador das nossas ações. O processo de elaboração do PDI foi precedido pela Oficina de Integração, Organização e Identidade Institucional da ESPBA, ocorrida em 2019, que envolveu todo o corpo de trabalhadores e da escola e trouxe as primeiras prerrogativas para a construção da sua identidade institucional.

Esse trabalho é retomado mais adiante, em 2021, com a conformação do Grupo de Trabalho Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-25, com representação de trabalhadores de todos os setores da escola. Reunidos semanalmente entre maio e agosto de 2021, os integrantes do GT se responsabilizaram pela construção do referido plano de forma coletiva e através de extensa revisão de documentos anteriores, discussão e alinhamento das percepções e planejamento das ações para o tempo de vigência do PDI.

Desenvolvimento institucional (DI) corresponde a um conjunto de aspectos qualitativos da instituição, que refletem a sua estrutura organizacional. Relaciona-se tanto ao desenvolvimento individual quanto coletivo dos envolvidos (LEMOS, 2013). Enquanto instrumento de planejamento e gestão, é o documento que identifica e orienta as ações da organização através de marcos filosóficos e organizacionais. Nessa perspectiva, o DI pode ser entendido como “projeto dinamizador”, responsável pela renovação das organizações, uma vez que deve ser realizado processualmente e de forma articulada aos envolvidos com esse processo de mudança. Para tanto, o PDI se constitui em um documento que indica aquilo que almejamos concretizar nos próximos anos, uma base para o planejamento e a gestão das condições necessárias que nos levem do ponto em que estamos para aquele que queremos chegar.

Pretende-se que este PDI esteja continuamente aberto a revisões cuidadosas, avaliações criteriosas e contribuições significativas de todos os sujeitos envolvidos nas ações de

educação na saúde preconizadas pela ESPBA. Ele fixa o horizonte onde queremos chegar. Dessa forma, o PDI deve ser um instrumento dinâmico, flexível, aberto a revisão e a aprimoramentos que ampliem a sua capacidade de nos orientar na direção da Escola que precisamos ser.

Para o planejamento e desenvolvimento das suas ações, a ESPBA considera os princípios da regionalização e da descentralização expressos na Lei Orgânica do SUS – Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990), a dimensão territorial do Estado, o compromisso com a democratização do conhecimento, a necessidade de apoiar os municípios para o desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde (EPS), a valorização dos trabalhadores através da qualificação, e ainda a necessidade de implementar estratégias que facilitem e favoreçam mudanças nas práticas de saúde.

Nesse sentido, vários têm sido os investimentos para a identificação, produção, adoção e/ou incorporação de estratégias pedagógicas inovadoras que possibilitem a ampliação do acesso de trabalhadores, gestores, residentes, estagiários e parceiros a processos de qualificação, incluindo a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com destaque para a modalidade de Ensino à Distância (EaD). O esforço dessa construção e sistematização está apresentado a seguir nos tópicos: Perfil Institucional; Gestão Institucional; Organização Acadêmica; Infraestrutura; Aspectos Financeiros e Orçamentários; Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional.

2. PERFIL INSTITUCIONAL



2.1 BREVE HISTÓRICO DA ESPBA

Como um dos atores sociais da Política Estadual de Saúde, o Estado da Bahia participa da formulação e da execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde, conforme Capítulo IV da Lei Orgânica 8.080, de 19 de setembro de 1990.

No âmbito da SESAB, a ESPBA, além de se constituir numa unidade de ensino, cumpre o papel de contribuir com a Gestão da Educação na Saúde, que, por sua vez, se constitui em um dos elementos da Política do Estado, ao qual cabe coordenar, apoiar, qualificar, ordenar, formular políticas, acompanhar, avaliar a força de trabalho da SESAB e demais esferas de gestão do SUS/BA.

A partir da década de 1990, com o processo de implementação da descentralização da saúde na Bahia, a progressiva adesão dos gestores municipais, com vistas à reorganização dos Sistemas Municipais da Saúde e consolidação do SUS no Estado, trouxe reflexos importantes para a área de gestão de pessoas, tanto na Secretaria Estadual quanto nos municípios.

Estes reflexos influenciaram não só na criação de postos de trabalho, principalmente nos sistemas municipais de saúde, como colocaram à SESAB o desafio de identificar formas de qualificar suas equipes técnicas e gerenciais para execução de novos papéis, cooperando e atuando junto aos municípios. Cabe considerar ainda o conceito ampliado de saúde, explicitado pela sociedade brasileira com a RSB nos anos 80, a partir do qual já se colocava novos desafios à forma de atuação dos gestores e trabalhadores da saúde.

Em 2003, diante da nova orientação do Ministério da Saúde em consonância com a Lei nº 8080/90 e da inexistência de uma proposta de Educação Permanente em Saúde na SESAB, passou-se a investir num processo de definição de novas responsabilidades compartilhadas entre Superintendências e Centros de Referência com a EESP e EFTS, sobretudo no que se refere à formulação da Política de EPS na Bahia.

A EFTS, criada pela Lei nº 6.680/94, foi inaugurada em agosto de 1996. Teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.983/97, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com aprovação inicial dos cursos de Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Atendente de Consultório Dentário. Posteriormente foram autorizados ainda os cursos de Auxiliar em Registros de Saúde e Técnico de Enfermagem.

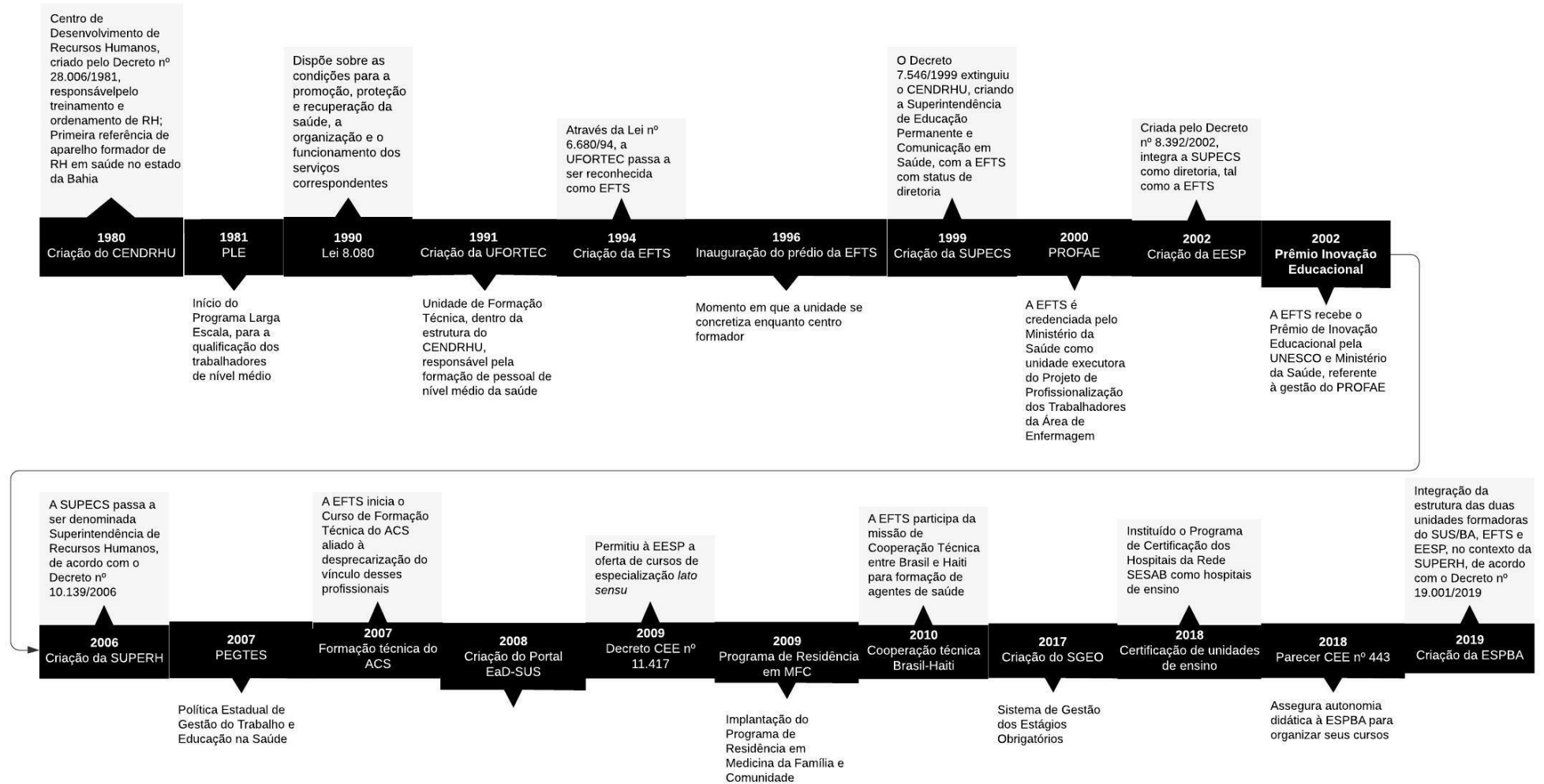
A EFTS foi fruto de uma decisão política de fortalecer a formação de pessoal para o SUS, mobilizada pela luta dos trabalhadores envolvidos na educação dos profissionais auxiliares na área da saúde, numa perspectiva de ampliação da oferta de habilitações profissionais em saúde. Esse processo ocorreu por meio da junção de estruturas educativas, como a Unidade de Formação Técnica (UFORTEC) da SESAB, o Curso de Auxiliares de Enfermagem e a Escola Supletiva de Enfermagem do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Entre os marcos antecedentes à ESPBA na formação de nível médio para o SUS/BA, destacam-se: o Projeto Larga Escala (1981), a criação da EFTS através da Lei Estadual nº 6.680, de 14 de novembro de 1994; o Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) (2001); o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (2009); e o Projeto de Formação dos Agentes Comunitários de Saúde (2004-19) (Figura 1).

A EESP foi incluída no regimento da SESAB a partir do Decreto nº 8.392, de 12 de dezembro de 2002 e inaugurada em 2003. A sua principal finalidade era desenvolver ações de qualificação, formação e educação permanente para os profissionais de saúde do SUS e ordenar a formação profissional em saúde, no âmbito do Estado, conforme recomendação constitucional.

O Decreto CEE nº 11.417, de 27 de janeiro de 2009, permitiu à EESP a oferta de cursos de especialização *latu sensu*. Nesse contexto, destacam-se: o Programa de Residência em Medicina da Família e Comunidade (2009); a criação do Portal EAD-SUS Bahia (2008-09); a criação do Sistema de Gestão dos Estágios Obrigatórios (SGEO)(2017); o Programa de Caracterização para a Certificação dos Hospitais da Rede SESAB como Hospitais de Ensino (2018); e a ampliação de novos programas de Residência Médica (2008-19) (Figura 1).

Figura 1. Linha do tempo da ESPBA, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Ana Clélia Góes e Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25; RAMOS (2011); ALELUIA; COUTO & OLIVEIRA (2006).

No que concerne aos determinantes sociais, ainda são considerados como constantes desafios: a excelência em serviço, a garantia de acesso ao processo de profissionalização, a qualificação de pessoas com deficiência e a descentralização das ações. Em vista disto, muitas vezes depara-se com dificuldades na sistematização das ações de acompanhamento e avaliação.

Entretanto, por ser a única escola pública com oferta de habilitações/qualificações na área da saúde atuando em todo o Estado, a ESPBA é uma instância privilegiada para a educação profissional em saúde, reconhecida pelo seu desempenho e acúmulo de experiências ao longo dessas duas décadas, no qual a SESAB teve um papel fundamental de apoio e incentivo às ações desenvolvidas.

2.2 INSERÇÃO REGIONAL

Segundo dados extraídos do Plano Estadual de Saúde (PES) 2020-23, a Bahia é o quinto estado em extensão territorial – ocupando 6,6% da área geográfica do Brasil – e com o quarto maior contingente populacional, com uma estimativa de 7,1% do total de habitantes do país. Como mostra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o estado tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio (0,660) e ocupa a 22ª posição no ranking nacional. O Produto Interno Bruto do estado apresentou crescimento entre 2005 e 2018 (SESAB, 2019).

A população da Bahia está distribuída pelos 417 municípios do estado de forma heterogênea, com Macrorregiões de Saúde densamente povoadas, como a Leste – que envolve 31,9% da população do estado –, em detrimento de outras pouco densas, como o Extremo Sul e Centro Norte – com 5,6 e 5,4% da população, respectivamente. Desses municípios, 59% têm menos de 20 mil habitantes e por isso são considerados como de pequeno porte pelo IBGE (SESAB, 2019).

No contexto da regionalização do SUS, o Decreto nº 7.508/2011 – que regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa – define região de saúde como um “espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde” (BRASIL, 2011).

Conforme mostrado no Quadro 1, o Plano Diretor de Regionalização (PDR) da Bahia divide o estado em 28 bases regionais de saúde, que se agrupam em nove macrorregiões. Para cada uma dessas corresponde um Núcleo Regional de Saúde (NRS) (SESAB, 2020). Os NRS foram criados pela Lei Ordinária nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014 e substituíram as extintas Diretorias Regionais de Saúde (DIRES). Têm como finalidade “acompanhar as atividades de regulação e de vigilância sanitária, bem como as ações relativas à Coordenação de Monitoramento de Prestação de Serviços de Saúde, à Central de Aquisições e Contratações da Saúde e à Corregedoria da Saúde, contribuindo para o fortalecimento da gestão junto aos Municípios” (BAHIA, 2014).

Quadro 1. Distribuição das bases regionais de saúde do estado da Bahia por NRS, Bahia, 2021.

NRS	Sede	Regiões de Saúde	Nº de municípios	Nº de habitantes
Norte	Juazeiro	Juazeiro Paulo Afonso Senhor do Bonfim	28	1.099.545
Centro-Leste	Feira de Santana	Feira de Santana Itaberaba Seabra Serrinha	72	2.263.626
Centro-Norte	Jacobina	Jacobina Irecê	38	826.099
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas Porto Seguro	21	833.307
Leste	Salvador	Salvador Cruz das Almas Camaçari Santo Antônio de Jesus	48	4.763.189
Nordeste	Alagoinhas	Alagoinhas Ribeira do Pombal	33	876.085
Oeste	Barreiras	Barreiras Ibotirama Santa Maria da Vitória	37	959.610
Sudoeste	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista Brumado Guanambi Itapetinga	73	1.812.416
Sul	Ilhéus	Ilhéus Itabuna Jequié Valença	67	1.692.494

Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25 com base no PES 2020-23 e PDR, 2020.

A dinâmica demográfica da Bahia, caracterizada pela “transição demográfica” vivenciada por todo o Brasil, está marcada pela melhoria das condições de vida e saúde da população, com redução das taxas de mortalidade, das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida (SESAB, 2019). Na distribuição da população por sexo, predomina o sexo feminino (51% do total da população). Quanto à cor autodeclarada, predominam negros (76,3%), seguidos de brancos (22,2%).

A atuação da SESAB nos 417 municípios do Estado está em conformidade com as políticas públicas de saúde e o perfil regional e epidemiológico das respectivas populações. Esse perfil determina as necessidades de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS,

que chegam à ESPBA, onde são conformadas estratégias formativas à medida da especificidade e necessidade de aprofundamento de um dado tema ou prática de saúde no cotidiano do SUS/BA.

Essa necessidade se traduz em uma diversidade de demandas trazidas pelos municípios, o que enseja a busca por estratégias de regionalização dos processos formativos promovidos pela ESPBA. Essa regionalização deve ser aqui entendida através de estratégias de capilarização para a gestão de processos formativos para os municípios do estado da Bahia, com a perspectiva de ampliação do acesso, tendo em vista as diversidades regionais. Nesse sentido, a ESPBA tem utilizado a estratégia do trabalho em rede para alcançar essa capilaridade e atender as demandas de educação na saúde dos municípios do estado, entendendo que todo e qualquer processo formativo será destinado aos trabalhadores de saúde com vistas à efetivação do SUS.

A qualificação dos trabalhadores caminha em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e, a partir de 2012, com a PEGTES. Entre as suas linhas de ação, destaca-se aquela voltada à consolidação da Educação na Saúde. Nela encontram-se descritos alguns itens necessários à conformação dos processos formativos, tais como: 1) mapeamento das necessidades de formação dos trabalhadores do e para o SUS/BA; 2) ampliação da oferta e do acesso às ações de educação na saúde, utilizando tecnologias e ferramentas de educação à distância; 3) desenvolvimento de processos formativos voltados para o fortalecimento da participação e controle social; e 4) estímulo a realização de processos formativos nas instituições para efetivação da EPS e valorização do trabalhador.

Nesse sentido, a ESPBA pactua a execução e a operacionalização dos processos formativos junto às instâncias consultivas e deliberativas, a saber: conselhos e conferências de saúde, colegiados de gestão, Comissão de Integração Ensino-Serviço, Comissão Intergestores Bipartite e Comissão Intergestores Tripartite.

O Quadro 2 e o Gráfico 1 apresentam dados acerca do número de discentes matriculados nas ofertas educativas dos últimos cinco anos (2015 a 2020), distribuídos por NRS para mostrar o alcance e a dispersão pelo estado da Bahia. Para isso, resgatam do banco de dados da Secretaria Geral de Cursos (SGC) os números da EESP, da EFTS e, de 2018 em diante, da ESPBA. Para o período em questão, foram desenvolvidas ações educativas nas seguintes modalidades: curso de curta duração, atualização, técnico e especialização.

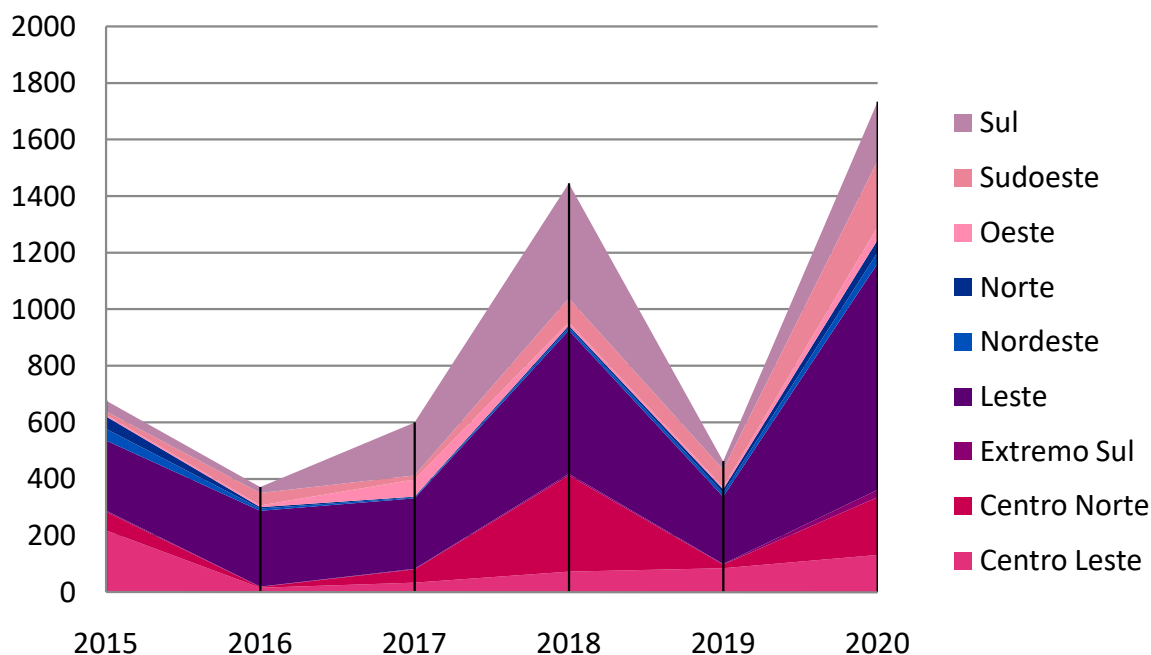
Quadro 2. Distribuição de discentes matriculados nas ações educativas ofertadas pela EFTS, EESP e ESPBA de 2015 a 2020, Bahia, 2021.

ANO	NÚCLEO REGIONAL DE SAÚDE									TOTAL
	CENTRO LESTE	CENTRO NORTE	EXTREMO SUL	LESTE	NORDESTE	NORTE	OESTE	SUDOESTE	SUL	
2015	219 (32,3%)	66 (9,7%)	04 (0,6%)	248 (36,6%)	41 (6%)	44 (6,5%)	06 (0,9%)	12 (1,8%)	38 (5,6%)	678
2016	16 (4,3%)	03 (0,8%)	01 (0,3%)	268 (72%)	08 (2,2%)	05 (1,3%)	06 (1,6%)	44 (11,8%)	21 (5,6%)	372
2017	34 (5,7%)	47 (7,8%)	02 (0,3%)	249 (41,5%)	03 (0,5%)	03 (0,5%)	61 (10,2%)	14 (2,3%)	187 (31,2)	600
2018	73 (5%)	340 (23,5%)	06 (0,4%)	507 (35%)	10 (0,7%)	07 (0,5%)	11 (0,8%)	85 (5,9%)	407 (28,1%)	1446
2019	85 (18,3%)	13 (2,8%)	02 (0,4%)	238 (51,4%)	13 (2,8%)	13 (2,8%)	08 (1,7%)	62 (13,4%)	29 (6,2%)	463
2020	132 (7,5%)	204 (11,6%)	26 (1,5%)	800 (45,3%)	39 (3,9%)	44 (2,5%)	47 (2,7%)	233 (13,2%)	209 (11,8%)	1764
TOTAL									5323	

Fonte: elaboração por Danilo Gonçalves, Millene Pereira e Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

No gráfico, a área colorida representa a participação, conforme cor atribuída, dos NRS, através do número de discentes lotados no respectivo NRS e matriculados nas ações educativas. A soma dessas áreas representa, então, o total para cada ano.

Gráfico 1. Distribuição de discentes matriculados nas ações educativas ofertadas pela EFTS, EESP e ESPBA de 2015 a 2020, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Danilo Gonçalves, Millene Pereira e Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

Os dados apresentados mostram a variação no número de discentes matriculados nas ofertas educativas da ESPBA no estado da Bahia por NRS de acordo com os anos do período considerado, com um total que ultrapassa 5.000 matriculados, distribuídos entre os cinco anos, com variações que vão desde 372 (no ano de 2016) até 1.764 discentes (no ano de 2020).

A distribuição também mostra as diferenças da participação dos discentes por NRS ao longo dos anos, com participação mais expressiva de trabalhadores do NRS Leste – que engloba bases regionais de saúde da região metropolitana do estado e tem sede em Salvador, conforme mostra o Quadro 1 –, e menos expressiva em NRS como Extremo Sul, Nordeste, Oeste e Sudoeste, variando conforme o ano. Essa distribuição nos mostra tanto sobre a

inserção da ESPBA quanto sobre a sua dispersão pelo estado da Bahia, considerando a vasta dimensão deste território e a distância física entre os NRS e a sede da escola.

O número de habitantes estimados por NRS, além da abrangência de cada um desses – seja pelo número de municípios que envolvem e também pela extensão territorial –, como mostrado no Quadro 1, ilustram as diferenças existentes entre eles. Isto porque, à medida que varia a densidade populacional e a extensão do território, entre outras características, variam também as necessidades de saúde da população, dos serviços de saúde e a força de trabalho em saúde disponível, tanto em quantidade quanto em disposição nos diversos postos de trabalho. Consideram-se ainda as diferenças na estrutura e na capacidade instalada entre os NRS, que variam.

Uma vez orientada pelas necessidades de saúde, ainda que ofertadas de forma ampla e abrangente pela ESPBA, as ações educativas têm sua adesão por NRS conforme necessidade local para a formação e qualificação dos trabalhadores ali lotados e também pelo grau de articulação com os NRS, o que pode explicar as variações apresentadas nas ilustrações.

Esses dados reforçam a utilização do EaD como estratégia para capilarização das ações realizadas e ampliação do alcance e acesso a qualificação pelos trabalhadores do SUS/BA. Ainda em 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, o aumento na incorporação das TICs e as demais adequações em caráter contingencial possibilitaram um maior alcance das ações realizadas.

2.2.1 A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE

A concepção de Rede pode ser entendida como um conjunto amplo, aberto e inclusivo de agentes formadores, em cuja missão institucional se encontra a formação e qualificação de profissionais de saúde no e para SUS, uma vez que a interseção entre trabalho e educação na saúde tem um grande potencial para a construção de saberes e práticas que se conformam em possibilidades concretas de superar a modelagem tradicional do ensino e dos serviços.

Nesse sentido, Rovere (2004) argumenta que a proposta de organização em rede é contra-hegemônica e se opõe à organização fragmentada. Para isso, tem como valores: a democracia direta, o respeito à diversidade e à diferença, a aceitação do outro, a solidariedade, a construção de consensos, objetivos socialmente valorizados e o exercício rotativo das lideranças. Por meio da formação profissional com vistas ao compromisso e a militância dos discentes na construção do SUS e do direito à saúde, esse tipo de organização fortalece a democracia.

Com isso, em 2019, na perspectiva de se estabelecer uma rede colaborativa e robusta com abrangência necessária para dar conta da dimensão geográfica do estado da Bahia, a ESPBA cria a Rede Estadual de Educação na Saúde (REES) com o intuito de melhor atender as demandas dos territórios e operacionalizar as ações educativas que acontecem de forma descentralizada e regionalizada.

A REES tem como objetivo estabelecer uma rede de aprendizagem compartilhada entre os trabalhadores das Regionais de Saúde do Estado, os técnicos de referência dos Estabelecimentos de Saúde e a ESPBA, através do referencial da Educação Interprofissional como base para o desenvolvimento de competências para o trabalho em equipe.

Dessa forma, pretende-se potencializar os processos formativos, para que aconteçam de forma descentralizada, a partir do estabelecimento ou estreitamento dos vínculos com os membros da rede que tenham afinidade para articulação, gestão e desenvolvimento de processos educativos, bem como para articulação, condução e mediação de grupos com interesses comuns ou divergentes, contando com o protagonismo desses profissionais, no intuito de ações colaborativas no acompanhamento dos cursos.

2.3 MISSÃO

Realizar o ordenamento da formação de Recursos Humanos na área da saúde, contribuindo com a formação dos trabalhadores do e para o SUS no Estado da Bahia, de forma a desenvolver competências integradas, interdisciplinares e interprofissionais, considerando as necessidades de saúde da população do estado da Bahia, com vistas a favorecer o fortalecimento do compromisso ético, político e humanístico com o SUS.

2.4 VISÃO DE FUTURO

Tornar-se, nos próximos cinco anos, um centro de referência no ordenamento e na produção de conhecimento na educação na saúde para o estado da Bahia.

2.5 PRINCÍPIOS

Além dos princípios do SUS, a ESPBA é norteadada pelos seguintes princípios:

- Foco no trabalho como constituinte do sujeito;
- Compromisso ético, político e social com o SUS;
- Gestão participativa e democrática;
- Respeito à diversidade dos sujeitos coletivos;
- Vinculação estratégica institucional com autonomia pedagógica; e
- Inovação.

2.7 FINALIDADE

Ordenar a formação no e para o serviço, a qualificação dos trabalhadores do SUS/BA e a regulação dos campos de prática, por meio da articulação entre os entes federados.

2.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS

O Quadro 3 apresenta o planejamento estratégico da ESPBA para o período de vigência deste PDI por meio de objetivos e metas definidos em articulação entre os setores da escola. Para isso, os objetivos específicos e metas estão distribuídos conforme objetivo geral de cada um dos seis eixos propostos: 1- Qualificação dos trabalhadores do SUS/BA; 2- Regulação dos campos de estágio; 3- Formação em serviço; 4- Produção e disseminação de conhecimento técnico-científico; 5- Avaliação dos processos formativos; e 6- Modernização dos processos de gestão.

Quadro 3. Planejamento estratégico da ESPBA para o quinquênio 2021-25, Bahia, 2021.

EIXO 1 – Qualificação dos trabalhadores do SUS/BA									
Objetivo geral: Organizar ofertas de qualificação para trabalhadores do SUS/BA, de forma regionalizada e articulada.									
Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
Qualificar preceptores e mediadores que atuam nos campos de prática de estágios e Programas de Residência	<ul style="list-style-type: none"> Fazer levantamento de preceptores e mediadores de estágios e Programas de Residência, caracterizando-os quanto à distribuição nos campos de prática Organizar oferta de qualificação para preceptoria desses profissionais de saúde, conforme diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da ESPBA Implementar projeto de qualificação para esse público, com avaliação da oferta 	1 turma para qualificação de preceptores dos programas de Residência implementada por semestre						CORES CIET	Número de turmas implementadas
Regionalizar a oferta de cursos pós-graduação <i>lato sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> Articular-se com os NRS para organização da oferta Organizar a oferta de cursos pós-graduação <i>lato sensu</i> de forma regionalizada, conforme diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da ESPBA Implementar cursos, com a avaliação da oferta 	840 trabalhadores qualificados distribuídos nos nove NRS	300	135	270	135	CPR CFTPG	Número de trabalhadores qualificados por NRS	

Regionalizar a oferta de cursos de atualização	<ul style="list-style-type: none"> • Articular-se com os NRS para organização das ofertas • Organizar as ofertas dos cursos de forma regionalizada, conforme diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da ESPBA • Implementar cursos, com a avaliação da oferta 	25.000 trabalhadores qualificados distribuídos nos nove NRS	5000	5000	5000	5000	5000	5000	CPR CFTPG	Número de trabalhadores qualificados por NRS
Ofertar formação pedagógica para os trabalhadores do SUS/BA que atuam como docentes em ações educativas realizadas pela ESPBA	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar o número de trabalhadores do SUS/BA que atuam como docentes nas ações educativas realizadas pela ESPBA • Organizar projeto para formação pedagógica desse público, conforme diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da ESPBA • Implementar formação pedagógica, com a avaliação da oferta 	2.250 trabalhadores qualificados	250	500	500	500	500	500	COPEPTE CFTPG	Número de trabalhadores qualificados
Ofertar catálogo de cursos e ações educativas da ESPBA	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar ofertas de ações educativas permanentes realizadas pela ESPBA • Revisar anualmente o catálogo para divulgação • Publicação anual do catálogo de cursos 	1 catálogo de cursos elaborado, revisado e publicado anualmente							CPR	Catálogo de cursos elaborado e/ou revisado

Ofertar cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação interinstitucional com a UFBA para gestão acadêmica e pedagógica dos cursos • Articula intra-institucional para gestão administrativa e financeira dos cursos • Organizar oferta de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Mestrado Interinstitucional (MINTER) • Organizar oferta de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Doutorado Interinstitucional (DINTER) • Implementar cursos, com a avaliação da oferta 	<p>1 turma do MINTER implementada</p> <hr/> <p>1 turma do DINTER implementada</p>	CFTPG	Número de turmas implementadas por curso
Fortalecer as ações educativas na modalidade EaD	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir recursos tecnológicos para a realização dos cursos EaD • Organizar a oferta das ações educativas na modalidade EaD • Implementar os cursos, com a avaliação da oferta 	<p>1 sala equipada com recursos para os cursos EaD</p> <hr/> <p>4.500 trabalhadores qualificados por cursos na modalidade EaD</p>	COPEPTE	<p>Aquisição dos recursos para os cursos EaD</p> <hr/> <p>Número de trabalhadores qualificados por cursos na modalidade EaD</p>
		4.500 500 1000 1000 1000 1000	CFTPG	

EIXO 2 – Regulação dos campos de estágio

Objetivo geral: **Qualificar a gestão da regulação dos campos de estágio da Rede SESAB, através da integração ensino-serviço**

Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
Qualificar a gestão pedagógica e o processo de regulação dos campos de estágio	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar as Instituições de Ensino Superior (IES) e Estabelecimentos de Saúde (ES) que aderiram ao SGEO • Fazer acompanhamento pedagógico das Unidades da Rede SESAB quanto ao dimensionamento das vagas, relação com as IES e estagiários e fluxos de regulação • Planejar e executar as oficinas de acompanhamento com supervisores e mediadores • Revisar a Portaria nº 1.107/2019 • Elaborar modelo de avaliação da regulação dos campos de estágio, de forma a contemplar os elementos envolvidos no processo • Utilizar a AVA (e outras plataformas virtuais) como 	2 oficinas de acompanhamento realizadas com supervisores e mediadores						CIET	Oficinas com supervisores e mediadores realizadas
		2 <i>web</i> conferências realizadas							<i>Web</i> conferências realizadas
		10 visitas aos ES realizadas							Visitas aos ES realizadas
		1 Portaria nº 1.107/2019 revisada							Portaria nº 1.107/2019 revisada e homologada
		1 formulário de avaliação da regulação dos estágios disponibilizado e preenchido pelas IES e ES							Relatório de avaliação da regulação dos campos de estágio pelas IES e ES

	ferramenta para realização de atividades dos estágios não obrigatórios	50% do total de estagiários com participação efetivada no AVA		Número de estagiários com participação no AVA – Relatório de acesso à plataforma
Fortalecer o processo de integração ensino-serviço com os Estabelecimentos de Saúde e da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionar as vagas das Unidades de Saúde da Rede SESAB • Preencher as ofertas de vagas no SGEO disponibilizadas pelos ES • Implantar sistema de regulação do campo de estágio do nível médio – SGET • Realizar celebração de Termo de Convênio entre as IES, Instituições de Ensino Técnico (IET) e SESAB • Articular junto aos Consórcios regionais a inserção e participação das Policlínicas Regionais do Estado da Bahia 	50% dos hospitais de gestão direta da Rede SESAB com dimensionamento de vagas de estágio realizado	CIET	Relatório de dimensionamento das vagas elaborado
		2 oficinas realizadas por ano		Oficinas realizadas
		1 Grupo de Trabalho junto à DGTES e SAIS para dimensionamento das vagas de estágio na Rede SESAB instituído		GT instituído
		100% de convênios celebrados com as IES e IET que participarem do Chamamento Público		Convênios celebrados entre consórcios e SESAB
		75% das Policlínicas em funcionamento no estado inseridas		

Realizar a gestão das vagas de estágio e suas respectivas atividades relacionadas com a educação e o trabalho na saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar normativo para dimensionamento das ofertas de vagas de estágio disponibilizadas pelos ES 	1 manual elaborado, com orientações para dimensionamento das vagas	CIET	Manual elaborado	
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar critérios técnicos para dimensionamento dos campos da Rede SESAB 	50% dos campos de prática de estágio da Rede SESAB dimensionados			Relatório de dimensionamento dos campos de prática de estágios
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar editais de Chamamento Público para convênio das IES com a SESAB 	2 editais de Chamamento Público publicados anualmente			
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar SGEO para corresponder às necessidades dos ES e cursos de graduação 	5 encontros com as IES realizados			
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar oficinas, web conferencias e encontros com as IES e ES 	2 oficinas realizadas por semestre 4 <i>web</i> conferências realizadas	Relatório de atividades realizadas			

EIXO 3 – Formação em serviço

Objetivo geral: **Fortalecer os Programas de Residência em Saúde como estratégia de formação em serviço no SUS/BA**

Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
<p>Prestar apoio institucional junto aos Hospitais da Rede SESAB para adequação aos requisitos e caracterização como Hospital de Ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar diagnóstico dos hospitais da Rede SESAB selecionados para caracterização como Hospital de Ensino quanto ao cumprimento dos requisitos necessários • Realizar articulação intra e interinstitucional para garantia dos requisitos para caracterização • Acompanhar os hospitais selecionados quanto ao cumprimento dos requisitos, prestando o apoio necessário • Elaborar relatório da condição para certificação dos hospitais como de ensino 	<p>3 hospitais da Rede SESAB caracterizados como Hospitais de Ensino</p>						<p>CORES</p> <p>Relatório da condição para certificação dos hospitais como de ensino elaborado</p>	
<p>Implantar a Política Estadual de Residência em Saúde -PERES</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Validar a proposta da PERES pelas instâncias responsáveis • Implantar a PERES • Monitorar e avaliar a implementação da PERES 	<p>1 PERES validada e implantada</p>						<p>CORES</p> <p>PERES implantada</p>	

EIXO 4 – Produção e disseminação de conhecimento técnico-científico

Objetivo geral: Estimular a produção técnico-científica e a disseminação do conhecimento produzido pela ESPBA

Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
<p>Contribuir com a disseminação de conhecimento através da publicação da produção técnica e científica da ESPBA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer levantamento dos produtos elaborados ao final dos cursos • Fazer levantamento dos produtos elaborados pelos setores • Fazer levantamento dos produtos elaborados pelos trabalhadores da ESPBA • Desenvolver pesquisas científicas • Organizar e sistematizar produção • Incentivar e contribuir com a publicação e divulgação das produções em meios acadêmicos, institucionais e de comunicação externa 	<p>Aumento de 50% da produção técnico-científica referente ao ano anterior</p> <hr/> <p>1 levantamento anual da produção técnico-científica na ESPBA</p>						NEPA / COPEPTE	Número de produções técnico-científicas elaboradas

EIXO 5 – Avaliação dos processos formativos**Objetivo geral: Instituir prática de avaliação e acompanhamento dos egressos dos processos formativos promovidos pela ESPBA**

Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
Realizar avaliação dos processos formativos e acompanhamento dos egressos, considerando a avaliação por níveis	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar e validar formulário de avaliação para os egressos dos cursos de oferta permanente, considerando os níveis: reação, aprendizagem, incorporação na prática, e efeitos• Aplicar formulários, destinado aos egressos de cada turma implementada• Sistematizar dados e analisar informações obtidas• Produzir Relatório de Avaliação da turma	1 relatório de avaliação por turma implementada nos cursos de oferta permanente						NEPA / COPEPTE	Relatório de avaliação das turmas de cursos de oferta permanente

EIXO 6 – Modernização dos processos de gestãoObjetivo geral: **Aperfeiçoar os modelos de gestão da informação e da educação na saúde no contexto da ESPBA**

Objetivo específico	Ações previstas / Descrição	Metas previstas	Período de execução					Setor responsável	Indicador de monitoramento
			2021	2022	2023	2024	2025		
Implantar sistema de gestão para regulação dos campos de formação em serviço dos Programas de Residência - SGERS	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar projeto piloto do sistema• Implantar projeto piloto, com a inclusão de Programas de Residências selecionados, para avaliação• Implantar o SGERS, e monitorar e avaliar o funcionamento pleno do sistema	1 SGERS implantado						CORES	SGERS implantado
Implantar modelo de credenciamento de preceptores de Residências em Saúde através do SGERS	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar projeto para o sistema, contemplando o credenciamento de preceptores dos Programas de Residência• Implantar projeto piloto• Implantar o SGERS de forma ampla, com credenciamento dos preceptores e formação de banco de dados	1 modelo de credenciamento de preceptores dos Programas de Residências em Saúde implantado junto ao SGERS						CORES	Modelo de credenciamento para preceptores implantado no SGERS

Implantar sistema de gestão da informação dos cursos descentralizados	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto para o sistema de informação • Revisar e validar o projeto com os técnicos do setor • Implantar projeto piloto do sistema • Implantar o sistema e monitorar 	<p>1 projeto piloto do sistema implantado</p> <hr/> <p>1 sistema para gestão da informação dos cursos descentralizados implantado</p>	CPR	<p>Projeto piloto do sistema implantado</p> <hr/> <p>Sistema para gestão da informação dos cursos descentralizados implantado</p>
Implantar o Sistema de Gestão Acadêmica/RET-SUS para gestão da Secretaria Geral de Cursos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto para o SGA/RET-SUS • Implantar projeto piloto do SGA • Realizar treinamento dos técnicos para utilização do SGA • Monitorar e avaliar a utilização do SGA 	<p>1 modelo piloto do SGA implantado</p> <hr/> <p>1 SGA implantado, em pleno e amplo funcionamento</p>	SGC	<p>SGA/RET-SUS implantado</p>
Fortalecer a Rede Estadual de Educação na Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar instrumento normativo para organização da REES • Ampliar a composição da REES, agregando trabalhadores de referência da EPS nos estabelecimentos de saúde do SUS/BA 	<p>1 documento normativo para a REES elaborado</p>	CPR	<p>Documento normativo para a REES elaborado</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os atores da rede através da formação pedagógica ofertada pela ESPBA • Ofertar apoio técnico-pedagógico, colaborando no processo de formação e qualificação dos trabalhadores da Rede SESAB 	<p>1 turma para formação pedagógica com atores da REES implementada por semestre</p> <hr/> <p>50% dos ES da rede própria da SESAB com CIETPS ou Núcleos de EPS implantados</p>	<p>Turma para formação pedagógica com atores da REES implementada</p> <hr/> <p>CIETPS ou Núcleos de EPS implantados nos ES</p>
---	--	--

Fonte: elaboração por Cláudia Cristiane e Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

2.9 PÚBLICO-ALVO

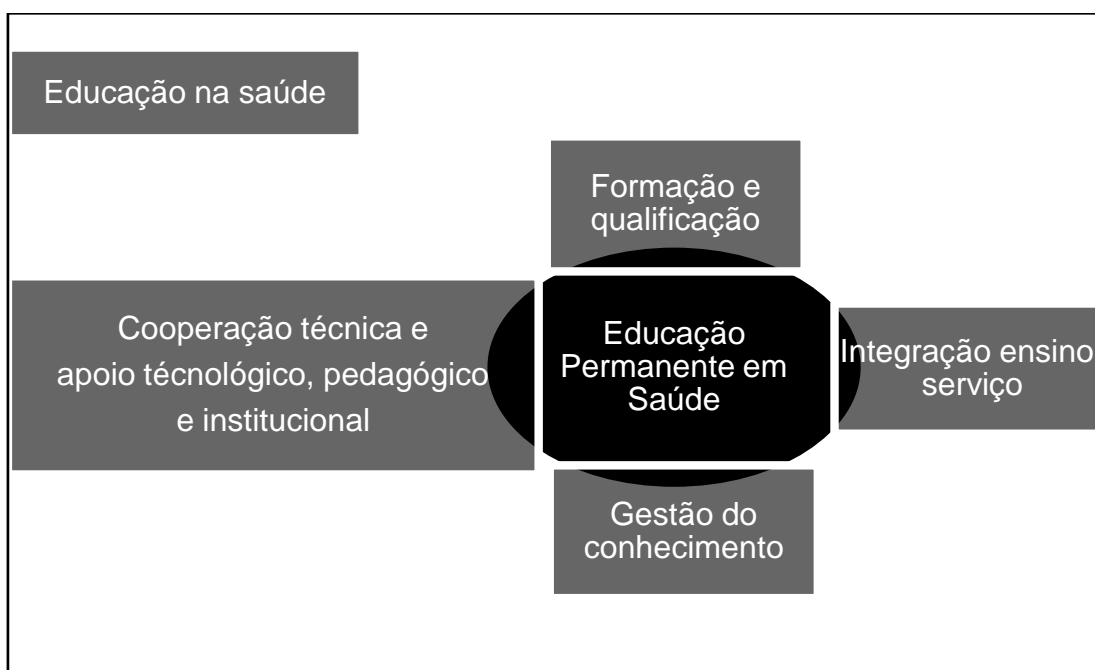
Constituem o público-alvo da ESPBA: trabalhadores e gestores do SUS, profissionais de saúde residentes, estagiários e conselheiros de saúde.

2.10 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A educação na saúde se constitui com campo de atuação da ESPBA. Nesse sentido, são áreas de atuação desta escola:

- Formação e qualificação em saúde;
- Integração ensino-serviço e educação no trabalho em saúde;
- Gestão do conhecimento;
- Cooperação técnica e apoio tecnológico, pedagógico e institucional.

Figura 2. Áreas de atuação da ESPBA, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

2.11 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social expressa, por meio do papel da instituição, o seu compromisso ético e político para com a sociedade, por meio de ações e atividades que visam proteção e bem-estar (ASHLEY, 2002). Na perspectiva de contemplar as necessidades de saúde da população do estado da Bahia, para a ESPBA, tem o intuito de promover melhorias nos serviços de saúde prestados à população usuária do SUS.

Nessa perspectiva, a linha filosófica e pedagógica que orienta o sistema educacional da ESPBA reúne premissas básicas que não traduzem tão somente a identidade da instituição, assim como tornam o trabalho educativo parte inseparável do seu compromisso social com a sociedade. Considera, então:

- o ser enquanto sujeito político;
- a inclusão social;
- a saúde como direito e cidadania;
- o trabalho enquanto dimensão humana e política;
- o respeito ao contexto e as necessidades sociais de saúde;
- a realidade dos municípios e às necessidades dos territórios;
- as práticas para favorecimento aos trabalhadores;
- a integração ensino-serviço;
- os condicionantes da educação e da saúde: a cultura e a posição social;
- a sustentabilidade: econômica, social e ambiental;
- os níveis de escolaridade dos discentes e a heterogeneidade das turmas; e
- a adoção de metodologias participativas.

O acesso à profissionalização, à formação e qualificação dos trabalhadores do SUS/BA para o aperfeiçoamento de práticas de saúde voltadas para grupos específicos – como a população negra, indígena, pessoas com deficiência, entre outros –, além das medidas de acessibilidade, no contexto da inclusão social, constituem exemplos de práticas voltadas para a responsabilidade social, uma vez que versam sobre a garantia de direitos básicos, como o trabalho, a educação e a saúde.

Além disso, a ESPBA, como unidade ordenadora da formação em saúde no Estado, possui o compromisso de integrar o seu corpo técnico para o desenvolvimento de projetos

inerentes ao planejamento governamental ou firmar parcerias interinstitucionais, dentro da perspectiva de atuação em ações que colaborem para o cumprimento do compromisso social com a promoção da qualidade de vida da população, ao considerar que o acesso à educação e ao trabalho também se configura em elementos que colaboram para a saúde integral dos indivíduos.

2.12 POLÍTICAS DE ENSINO

Formação e qualificação dos trabalhadores e gestores do SUS/BA, na perspectiva da EPS, de forma regionalizada e descentralizada

Essa linha de ação abrange todas as ações educativas oferecidas pela ESPBA ao conjunto dos trabalhadores e gestores do SUS/BA, desde oficinas de qualificação e reflexão sobre processos de trabalho, aprimoramento e formação técnica, até os cursos de pós-graduação. Desenvolve-se de forma integrada às Superintendências da SESAB, bem como ao Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde, Instituições de Ensino Superior (IES), municípios e demais parceiros.

A oferta de processos formativos pela Escola constitui-se numa estratégia importante de qualificação do trabalho e valorização dos trabalhadores e gestores do SUS/BA. Adota-se o trabalho como princípio educativo utilizando estratégias pedagógicas inovadoras que consideram a integração dos processos educativos com os processos de trabalho e incorporando aspectos político-pedagógicos a estes.

Nesse sentido destaca-se o credenciamento da ESPBA para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, reconhecido através do Parecer nº 443/2018, concedido pelo CEE.

Integração da Educação e Trabalho na Saúde: estratégia de reorientação da formação profissional

Uma formação de profissionais de saúde em sinergia com os princípios do SUS, na perspectiva da integralidade do cuidado e da equidade do acesso, demanda uma conformação das redes de atenção à saúde como rede escola do SUS enquanto cenário de ensino aprendizagem privilegiado.

A SESAB, como estratégia para implementação da PGTES, atribuiu à ESPBA a responsabilidade pelo ordenamento e a regulação da oferta de processos educativos.

Apesar desse papel de órgão regulador já vir ocorrendo desde 2007, foi por meio da Portaria nº 1.107, de 10 de outubro de 2018, que se definiu a competência da ESPBA, através da Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde (CIET), de “promover a regulação dos cenários de ensino-aprendizagem de formação técnica, graduação e pós-

graduação, inclusive em formato de Residência em todos os Estabelecimentos de Saúde da Rede Própria sob gestão direta e indireta da SESAB” (SESAB, 2018).

Essa prática regulatória de estágios no âmbito do SUS na Bahia tem como pilares o artigo 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o artigo 6º, inciso III, da Lei nº 8080/1990 (BRASIL, 1990), que versam sobre a competência do SUS no ordenamento da formação de recursos humanos para a área da saúde. A Lei nº 8080/1990 dispõe que “os serviços públicos que integram o SUS constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional”. Nesse sentido, a política de Educação na Saúde, prevista nas normativas nacionais e locais, já previa o ordenamento e a regulação dos processos educativos (BRASIL, 1990; BRASIL, 1988).

A compreensão da corresponsabilidade dos gestores (as) e trabalhadores (as) do SUS na transformação das práticas profissionais em saúde permite articular, cotidianamente, o ensino e o serviço para o desenvolvimento de estágios e práticas formativas que considerem aspectos históricos e contextuais das políticas públicas nos processos de cuidado em saúde e também nos desenhos de integração ensino-serviço.

Imbuída dessa responsabilidade de contribuir para a qualidade e a humanização da formação em saúde, a SESAB busca disponibilizar a sua rede de gestão e atenção para que sejam utilizadas pelas diversas instituições de ensino – públicas, filantrópicas, comunitárias e privadas – como campo de prática para as atividades de estágio obrigatório e formação em serviço, seja na modalidade de prática de ensino, estágio supervisionado, visita técnica ou residência em saúde

Nessa perspectiva, desde a sua criação, a CIET desenvolve estratégias voltadas ao estabelecimento de novas relações de compromissos e responsabilidades das instituições de ensino com o SUS, com vistas a implementar, por meio da integração entre o ensino e o serviço, novas formas de ensinar e praticar saúde em consonância aos princípios do SUS.

A Bahia inovou nesse processo regulatório na medida em que arquitetou, para além das normativas, portarias, notas técnicas e processos de qualificação de seu corpo de trabalhadores e trabalhadoras, a conformação do Sistema de Gestão de Estágio - SGEIO, cujo objetivo é garantir transparência no processo de distribuição de vagas de estágio para os

diversos cursos de saúde, das IES solicitantes, em todas as unidades da rede SESAB do estado.

A conformação do SGEO marcou um momento de grande mudança no processo de regulação, anteriormente caracterizado por meses de trabalho manual, para um processo capaz de ranquear as IES a partir de indicadores públicos de avaliação do Ministério da Educação acerca de IES e cursos da saúde, além da garantia de que a Rede SESAB fosse campo prioritário para as Universidades Públicas – estaduais e federais –, tendo em vista que essas instituições não possuem fins lucrativos, mas exclusivamente fins sociais na formação em saúde.

Diante da necessidade de implementação de um novo modelo de formação em saúde, ressalta-se a importância da reestruturação e adequação dos Programas de Residência em Saúde, com envolvimento dos educadores, gestores, supervisores, coordenadores, profissionais de saúde residentes e demais atores que direta ou indiretamente participam desse processo comprometidos com a construção de novas práticas de saúde numa dinâmica ensino-serviço inovadora. Vale destacar que, nesta esfera, entende-se por Residências em Saúde os Programas de Residência Médica e em Área Profissional da Saúde, nas modalidades Uni e Multiprofissional.

A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, e funciona sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional. A Residência em Área Profissional da Saúde, por sua vez, é definida como modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuando a médica (BRASIL, 2009; BRASIL, 2005). Ambas organizam-se por meio da interlocução contínua entre comissões de residência, preceptores e tutores.

Nesse sentido, pautada na Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e da Portaria 1.077 de 12 de novembro de 2009, a Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço (CORES) tem como competências: coordenar, acompanhar e avaliar o desempenho dos programas e projetos relacionados à formação de especialistas em áreas estratégicas do SUS através de programas de Residência Médica e em Área Profissional de Saúde (modalidades

uni e multiprofissional), visando à complementação da formação profissional em articulação com as instituições de ensino; elaborar e desenvolver projetos e programas de formação em educação na saúde para recursos humanos do SUS/BA, incluindo profissionais de saúde residentes, tutores e preceptores; fazer a gestão das bolsas-salário dos Programas de Residência; e regular os campos de prática de formação em serviço dos residentes a serem desenvolvidos nos estabelecimentos de saúde da Rede SESAB.

Produção e disseminação de conhecimento

Essa linha de ação tem por finalidade contribuir com a gestão da informação e a produção e disseminação do conhecimento técnico-científico em saúde através da elaboração e desenvolvimento de estudos, pesquisas e outras estratégias comprometidas com a ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde às estratégias de formação e qualificação para atuação na rede SUS/BA.

Considerando o organograma do Decreto nº 19.001/2019, na ESPBA, as ações de produção e disseminação do conhecimento estão previstas como competência da Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais (COPEPTE), apoiadas pelo setor Estudos, Pesquisas e Avaliação e pela biblioteca. Ainda assim, as ações de produção e disseminação do conhecimento se apresentam de forma transversal no fazer das coordenações e áreas técnicas de toda a ESPBA.

Entende-se gestão do conhecimento como “o conjunto de ações que visam identificar, capturar, gerenciar e compartilhar todo o ativo de informações de uma organização, que pode se encontrar em diversos suportes, inclusive em experiências e habilidades pessoais” (DAVENPORT; PRUSSAK, 1998). As ações de gestão da informação são estratégias utilizadas com vistas à disseminação da informação e com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas, a melhora das capacidades coletivas e as decisões institucionais (VALENTIM, 2004).

Esta linha de ação tem por finalidade reafirmar o compromisso com o SUS através da produção de conhecimento técnico-científico, bem como favorecer a troca de experiência entre os trabalhadores da instituição, de modo a contribuir para o processo de tomada de decisões institucionais e de saúde, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e práticas avaliativas, a visibilidade das ações produzidas coletivamente na ESPBA, e incorporando as TICs para a disseminação de conhecimento através de canais formais e informais.

Educação à distância como estratégia de ampliação do acesso a qualificação

Visando fortalecimento da PEGTES, a ESPBA tem priorizado a incorporação do EaD aos processos de educação permanente de profissionais do SUS/BA. Nesse sentido, vem implementando a incorporação da modalidade EaD aos processos educativos, com o objetivo de promover a democratização do processo de ensino-aprendizagem aos profissionais do SUS dispersos no extenso território do Estado da Bahia. A incorporação dessa estratégia pode ser vislumbrada como mais uma decisão técnica e política implicada com o desafio de constituir indivíduos e coletividades ética e politicamente engajados com a construção do SUS no Estado da Bahia. Através dessa modalidade, almeja-se a capilarização de processos de qualificação, atualização e aperfeiçoamento, especialmente voltados para os trabalhadores e gestores do SUS/BA.

O desafio de formar e qualificar um contingente expressivo de profissionais de saúde para atuação no SUS no estado da Bahia justifica a incorporação do EaD aos processos educação permanente. A estratégia de trabalhar através dessa modalidade vem sendo adotada no Brasil e em outros países do mundo, tanto nos contextos acadêmicos quanto naqueles corporativos.

O EaD possibilita novas formas de interação, de aprendizado, de construção coletiva de conhecimentos que transcendem as distâncias geográficas, ao tempo em que disponibiliza um leque de ferramentas capazes de configurar ambientes virtuais e colaborativos entre alunos, professores e mediadores, residentes nas mais diversas localidades do Estado.

2.13 AÇÕES DE PESQUISA

As ações de pesquisa da ESPBA têm por finalidade a consolidação de uma cultura de pesquisa na instituição, por meio do incentivo e apoio: à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; ao registro e à elaboração de produtos técnicos e científicos das ações educativas realizadas e do processo de trabalho dos setores; aos projetos interprofissionais; à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância; à divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas; à publicação dos trabalhos em revistas científicas; e incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social aos trabalhos desenvolvidos.

Nesse sentido, a ESPBA busca estimular a investigação científica, produzir e difundir conhecimento especializado para a implementação de políticas de saúde, organização do sistema de saúde e áreas estratégicas para o SUS, visando contribuir para o desenvolvimento de práticas avaliativas das ações realizadas na ESPBA, pesquisas e estudos técnico-científicos relacionados às políticas de saúde e organização do SUS, por meio das ações e competências sistematizadas abaixo:

- Realizar articulação inter e intra-institucional relacionadas às ações para o desenvolvimento de pesquisas, estudos técnico-científicos e práticas avaliativas;
- Elaborar instrumentos avaliativos relacionados às ações desenvolvidas na ESPBA;
- Sistematizar informações relacionadas às ações para o desenvolvimento de pesquisas, estudos técnico-científicos e práticas avaliativas;
- Prestar cooperação técnica na integração de estudos, pesquisas e avaliação às atividades de ensino e aos cursos e processos educativos da ESPBA;
- Divulgar dados e ações intrainstitucionais relacionadas às pesquisas, estudos técnico-científicos e práticas avaliativas;
- Publicizar as ações e a produção do conhecimento das áreas técnicas da ESPBA.
- Estimular a realização de estudos, eventos e pesquisas científicas na ESPBA;

- Promover cursos, seminários, encontros, simpósios e similares versando sobre temas ligados aos projetos em desenvolvimento no intuito de socializar o conhecimento produzido na ESPBA;
- Propiciar a integração da ESPBA com a SESAB, outros Núcleos de Pesquisa de outras Instituições de Ensino e Pesquisa da Bahia e com outras instituições afins, para o fortalecimento da pesquisa na ESPBA;
- Efetuar um levantamento anual dos projetos de pesquisa propostos pelos docentes, discentes e funcionários da ESPBA e divulgar no site da Escola;
- Promover a integração entre o setor e as áreas técnicas da ESPBA, de forma que o acompanhamento e registro dos projetos sejam realizados conjuntamente;
- Efetuar o acompanhamento sistemático dos projetos desenvolvidos pelos docentes, discentes e técnicos da ESPBA, visando proporcionar apoio e as orientações que se façam necessárias;
- Organizar uma infra-estrutura básica que possibilite a construção e a sistematização de um banco de dados e cadastramento de pesquisadores no âmbito da ESPBA;
- Divulgar e difundir estudos, trabalhos e projetos de pesquisa realizados na ESPBA com a comunidade escolar e a SESAB;
- Intercambiar experiências e informações sobre as atividades de Pesquisa com a Rede de Escolas de Saúde Pública;
- Fomentar a discussão e compreensão da pesquisa enquanto princípio educativo, apoiando a reformulação do Projeto Político Pedagógico da ESPBA e dos Planos de Cursos, aprimorando-os, permanentemente, quanto ao desenvolvimento da pesquisa;
- Potencializar a biblioteca para exercer um papel de assessoramento em aulas de metodologia científica dos diversos cursos da ESPBA, criando fluxos de orientação aos alunos de como proceder para obtenção da ficha catalográfica e

de como realizarem o depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso na biblioteca;

- Instituir práticas e estudos avaliativos das ações realizadas na ESPBA;
- Instituir o grupo de pesquisa de avaliação no DGP/CNPq;
- Divulgar, estimular e viabilizar a participação dos trabalhadores em eventos nacionais e internacionais de cunho científico;
- Executar os processos e procedimentos relacionados à pesquisa em articulação com as portarias e normativas estabelecidas pela COGEC/DITEC/SAFTEC quanto ao fluxo de pesquisas na Rede SESAB;
- Primar pelo cumprimento das normas e resoluções do Sistema CEP/CONEP;
- Desenvolver ações de Avaliação, organizando a autoavaliação e avaliação institucional.

GRUPO DE PESQUISA DA ESPBA - GEPESPBA

Visando potencializar o processo de avaliação e compartilhamento de conhecimentos construídos com base no Projeto de Implantação da Avaliação em Profundidade, criou-se o Grupo de Pesquisa da Escola de Saúde Pública, que tem como objetivo promover a realização de pesquisas científicas na ESPBA tendo como metodologia de referência os estudos multicêntricos avaliativos articulado com a estratégia metodológica baseada em níveis.

O Grupo está alocado na estrutura da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis e atua de forma articulada com o Setor de Estudos, Pesquisas e Avaliação que faz parte da estrutura interna da ESPBA e que já desenvolve processos avaliativos nesta perspectiva.

A articulações entre estes atores potencializa o desenvolvimento das práticas de pesquisa na instituição, bem como o processo de avaliação das Ações de Educação na Saúde ofertadas, possibilitando ao final desse processo, identificar as reações contribuições destas ações com a Rede SUS/BA.

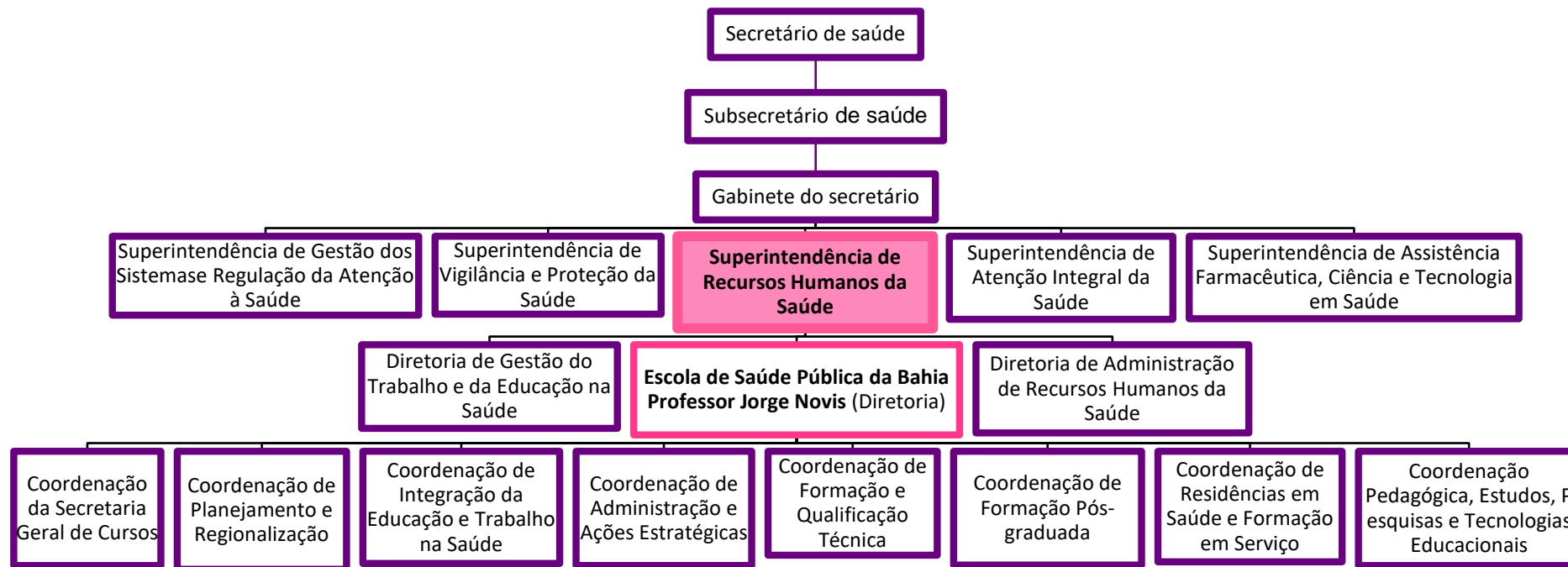
3. GESTÃO INSTITUCIONAL



3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ESPBA, conforme consta no Decreto nº 19.001/2019, é composta pelas seguintes coordenações: Coordenação da Secretaria Geral de Cursos (SGC), Coordenação de Planejamento e Regionalização (CPR), Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde (CIET), Coordenação de Administração e Ações Estratégicas (CAAE), Coordenação de Qualificação e Formação Técnica (CFTE), Coordenação de Qualificação e Formação Pós-Graduada (CFPG), Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço (CORES), e Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais (COPEPTE) (Figura 3).

Figura 3. Organograma da ESPBA em relação à SESAB, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

A seguir estão descritas as competências por coordenação:

I - Diretoria:

Conduzir e gerenciar o desenvolvimento de ações para a formação, qualificação, especialização e educação permanente dos profissionais de nível técnico e de nível superior do SUS-BA, bem como ações de desenvolvimento institucional, planejamento e de estudos e pesquisas em áreas estratégicas para a SESAB e ou para o SUS em geral.

Em articulação da diretoria com as coordenações dos setores listados a seguir, o Colegiado Gestor da ESPBA se constitui em arranjo consultivo e para fins de organização interna, que consulta, aprecia, valida e avalia diretrizes e deliberações de forma coletiva e integrada.

1) Coordenação da Secretaria Geral de Cursos:

I. Realizar a administração das informações acadêmicas e dos processos educativos de cursos oferecidos pela ESPBA através de atividades de registros de inscrições, matrículas, registros de frequência e de desempenho acadêmico, emissão de atestados, declarações, históricos escolares, aproveitamento de estudos, processos de certificação e demais documentos pertinentes às atividades da ESPBA;

II. Orientar, certificar e gerenciar processos educativos e os cursos realizados pela ESPBA, a partir dos documentos institucionais para regular e garantir o cumprimento das regras e trâmites institucionais das ações pedagógicas nos processos educativos;

III. Gerenciar o cadastro de discentes, docentes, orientadores, colaboradores, dentre outros sujeitos envolvidos nos processos educativos da ESPBA no Sistema de Gestão Acadêmica.

2) Coordenação de Planejamento e Regionalização:

I. Coordenar e monitorar as ações e os projetos no desenvolvimento institucional relativo à política de educação na saúde;

II. Planejar, programar, implementar, acompanhar e avaliar ações e estratégias para implantação das turmas descentralizadas nos territórios e regiões do Estado;

III. Coordenar e monitorar a operacionalização dos processos educativos da Escola, bem como suas atividades técnicas, administrativas, políticas e pedagógicas de forma regionalizada;

IV. Prestar apoio técnico aos municípios e regiões de saúde visando potencializar as ações de educação na saúde em rede;

V. Coordenar, em articulação com outras coordenações, a elaboração do Planejamento interno e referente às metas e compromissos da SESAB;

VI. Elaborar, em articulação com as coordenações da ESPBA os Relatórios quadrimestrais e anuais de Gestão da Escola de Saúde Pública da Bahia;

VII. Coordenar ações para o fortalecimento da identidade organizacional e institucional da ESPBA, monitorando os princípios e diretrizes dos projetos pedagógicos, de acordo com as políticas de Saúde e as diretrizes do Governo Estadual.

3) Coordenação de Integração da Educação e Trabalho na Saúde:

I. Coordenar as ações de qualificação e reordenação da formação dos graduandos de cursos de saúde de nível universitário e para a formação técnica de nível médio, através de estratégias de integração entre o ensino e os serviços de saúde da Rede SESAB;

II. Coordenar o processo de intercâmbio e a cooperação em atividades de ensino, estudo, pesquisa e programas com órgãos públicos e entidades privadas nacionais e internacionais, instituições de saúde, educacionais, culturais ou técnicas, bem como com instituições de ensino superior e escolas técnicas;

III. Regular os campos de prática e estágios nos estabelecimentos de saúde da Rede SESAB e ordenar a formação graduada em saúde e formação técnica de nível médio;

IV. Coordenar o processo pedagógico e formativo de estudantes e mediadores dos Programas de Estágio Não Obrigatório;

V. Coordenar os programas de incentivo ao primeiro emprego em toda a rede estadual de saúde.

4) Coordenação de Administração e Ações Estratégicas:

I. Planejar, normatizar, avaliar, coordenar e acompanhar as atividades administrativas, financeiras da ESPBA;

II. Coordenar a gestão e a governança de tecnologia da informação;

III. Administrar e supervisionar os recursos humanos da ESPBA, bem como a estrutura física, instalações, almoxarifado, patrimônio e compras;

IV. Contribuir para o levantamento qualitativo e quantitativo dos profissionais de nível médio, para o desenvolvimento dos cursos, visando o planejamento, captação de recursos, execução, acompanhamento, e avaliação dos processos de educação profissional, apoiando estudos e pesquisas dessa área;

V. Formalizar, acompanhar e controlar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres e atividades relacionadas com fornecimentos e serviços contratados;

VI. Apoiar o processo de descentralização e regionalização dos projetos de educação na saúde, através da implantação, acompanhamento e avaliação nas regiões de saúde, descentralização de recursos, apoio de logística, administrativo e jurídico.

5) Coordenação de Qualificação e Formação Técnica:

I. Monitorar a identidade pedagógico-institucional da ESPBA, através da promoção e direção de lógica metodológica e pedagógica com princípios e organização semelhantes para todos os níveis de formação;

II. Cumprir com as regras e trâmites institucionais acordados pela SGC;

III. Planejar, implantar, implementar e avaliar os cursos de educação técnico – profissional, nos espaços descentralizados de formação técnica de nível médio, nas regiões de saúde do Estado da Bahia;

IV. Coordenar a formação técnico-pedagógica de profissionais de nível superior, para o desenvolvimento das atividades de docência dos cursos de educação profissional;

V. Monitorar anualmente as necessidades formativas da Rede SUS/BA;

VI. Representar a escola nas agendas relacionadas às demandas e articulações externas com órgãos e instituições deliberativas (Ministério da Educação, CEE, Secretaria Estadual de Educação).

6) Coordenação de Formação Pós-Graduada:

I. Monitorar a identidade pedagógico-institucional da ESPBA, através da promoção e direção de lógica metodológica e pedagógica com princípios e organização semelhantes para todos os níveis de formação;

II. Cumprir com as regras e trâmites institucionais acordados pela SGC;

III. Coordenar e monitorar projetos institucionais que estimulem a integração das áreas científicas, tecnológicas e produtivas;

IV. Planejar, implantar, implementar e avaliar os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização *lato sensu*, programas de qualificação, oficinas formativas itinerantes, eventos científicos e pedagógicos destinados a trabalhadores de nível universitário;

V. Promover a formação e qualificação de docentes, mediadores de aprendizagem, tutores, orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso, supervisores de estágios e preceptores dos programas de residência que atuarão nos processos educativos;

VI. Monitorar anualmente as necessidades técnico-profissionais de formação e qualificação da Rede SUS/BA;

VII. Apoiar institucional e pedagogicamente os profissionais de saúde das diversas áreas técnicas da Rede SUS/BA na elaboração de eventos pedagógicos, processos formativos e cursos.

7) Coordenação de Residências em Saúde e Formação em Serviço:

I. Coordenar, acompanhar e avaliar o desempenho dos programas e projetos relacionados a estágios e a formação de especialistas em áreas estratégicas do SUS através de Residências Médica e em Área Profissional de Saúde (modalidades uni e multiprofissional), visando à complementação da formação profissional em articulação com as instituições de ensino;

II. Elaborar e desenvolver projetos e programas de formação em educação na saúde para recursos humanos do SUS/BA, incluindo residentes, tutores e preceptores;

III. Gerir as bolsas de residência e regular os campos de práticas de formação em serviço nos estabelecimentos de saúde da Rede SESAB, para os residentes em saúde.

8) Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais:

I. Apoiar a integração do EaD aos processos educativos da Escola, na perspectiva de ampliar o acesso aos cursos e conhecimentos na saúde e coordenar as ações educativas desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e Portal EaD SUS/BA;

II. Planejar, acompanhar e monitorar a identidade pedagógica - institucional da ESPBA através da promoção de lógica metodológica e direcionalidade pedagógica com princípios e fundamento próprios do EaD para todos os níveis de formação;

III. Apoiar técnico e pedagogicamente no planejamento dos processos formativos, alinhando os recursos tecnológicos a proposta curricular, em apoio as ações educativas internas e externas que utilizam a plataforma EaD SUS/BA;

IV. Planejar, administrar e supervisionar os cursos e/ou espaços de interação (redes) Customização (*layout*); Identificação das ferramentas que serão utilizadas; Cadastro dos usuários; Inserção de conteúdos; Suporte aos usuários no decorrer do curso (ou da utilização do espaço de interação);

V. Acompanhar e gerenciar a realização de Web Conferências, Web aulas na transmissão ou participação dos usuários, utilizando o sistema do Telessaúde, Microsoftteam, Canal YouTube e o Zoom;

VI. Coordenar as ações de comunicação da ESPBA em alinhamento com a Assessoria de Comunicação/SESAB, por meio da elaboração e edição de vídeos institucionais, atualização das informações no site da SESAB (notas, editais e outros informes), além de cobertura fotografia de cursos e outros eventos institucionais (internos e externos);

VII. Elaborar material criativo e informativo sobre a ESPBA e suas atividades (produção e distribuição de materiais digitais e impressos tais como convite, Cartaz, Card, Cartilha, Banner, Painel);

VIII. Apoiar a produção e disseminação do conhecimento na ESPBA;

IX. Incentivar e apoiar pedagogicamente para Produção científica e práticas avaliativas na ESPBA;

X. Produzir e orientar para elaboração de artigos científicos e textos técnicos;

XI. Normalização de documentos institucionais, fluxos e procedimentos relacionados à produção do conhecimento em articulação com a SAFTEC/DITEC/SESAB e Sistema CEP/CONEP;

XII. Apoiar as ações de Gestão da informação, através do levantamento e sistematização de dados na instituição;

XIII. Prestar cooperação técnica na integração de estudos, pesquisas e avaliação às atividades e aos processos educativos da ESPBA;

XIV. Coordenar o processo de desenvolvimento estudos técnicos e científicos, visando à implementação de políticas de saúde e organização do SUS;

XV. Gerir o serviço de biblioteconomia, disponibilizando informações e acervo bibliográfico técnico-científico (presencial e digital), para apoiar ações e processos educativos desenvolvidos na rede de serviços de saúde;

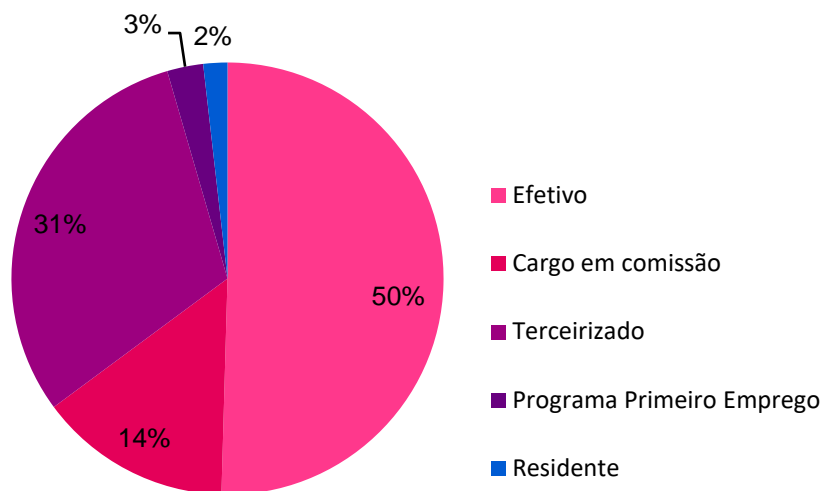
XVI. Prestar cooperação técnica na elaboração dos editoriais da Revista Baiana de Saúde Pública, na produção do periódico, em articulação com os membros pareceristas e especialistas em vários campos da saúde pública;

XVII. Promover espaços de socialização e divulgação das ações realizadas na ESPBA.

3.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

Atualmente, o quadro técnico da ESPBA é composto por 111 trabalhadores, distribuídos entre os seguintes tipos de vínculo: efetivo, cargo em comissão, terceirizado, estagiários e residentes (Gráfico 2).

Gráfico 2. Quadro técnico da ESPBA segundo tipo de vínculo, Bahia, 2021.

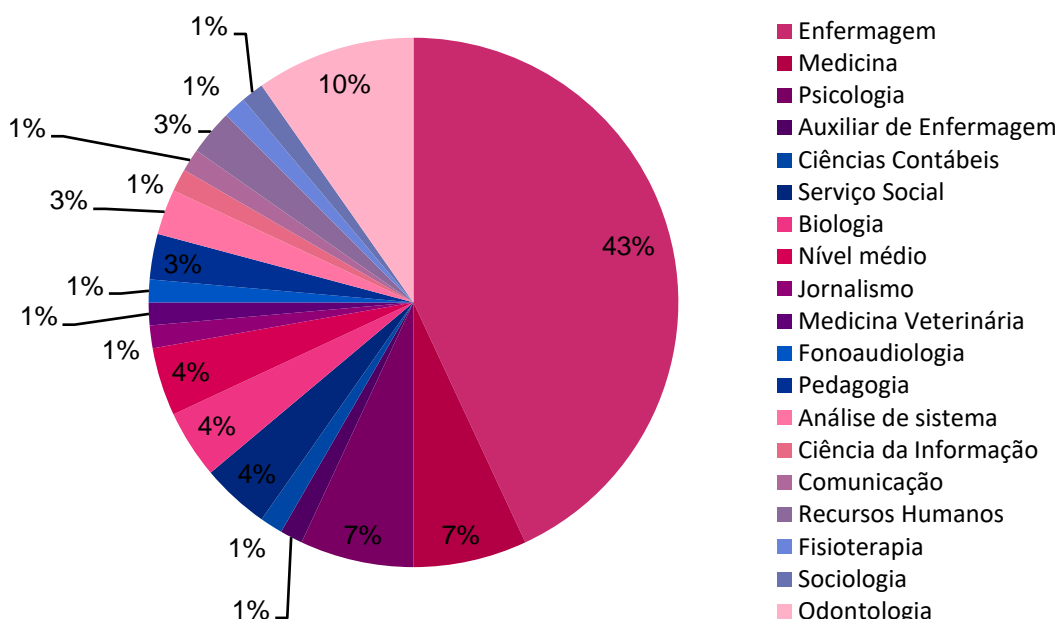


Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

O quadro de pessoal efetivo, ao constituir metade do corpo técnico da instituição, representa um diferencial da ESPBA, uma vez que fortalece o processo de trabalho da escola e garante, através do vínculo e compromisso, a continuidade das ações desenvolvidas.

O corpo efetivo e com cargo comissionado está distribuído no Gráfico 3 de acordo com a área de formação. O corpo terceirizado corresponde aos auxiliares de serviços gerais, motoristas, recepcionistas, vigilantes e agentes de portaria. Os estagiários de nível médio/técnico se distribuem entre as áreas de informática e administrativa, e os residentes, que utilizam a ESPBA como campo de prática no segundo ano da Residência, advêm do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, com área de concentração em Planejamento e Gestão em Saúde, mantido pela SESAB e desenvolvido pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Gráfico 3. Quadro efetivo e com cargo comissionado da ESPBA segundo área de formação, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores da ESPBA corresponde àqueles instituídos pela SESAB para o Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, que envolve as seguintes categorias funcionais: auxiliar em serviços de saúde, técnico em serviços de saúde e graduação superior em serviços de saúde. Para tanto, a Lei nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009, reestrutura o Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde e o seu PCCV (GOVBA, 2009). Já a Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, ao reestruturar as carreiras de médico e regulador da assistência à saúde, institui também PCCV específico para essa carreira (GOVBA, 2013), criada no âmbito da SESAB pela Lei nº 9.510, de 31 de maio de 2005 (GOVBA, 2005).

O corpo docente é constituído por profissionais de saúde da SESAB, lotados na ESPBA e nos diversos setores da secretaria, bem como de docentes convidados ou técnicos com expertise em alguma área de interesse do SUS.

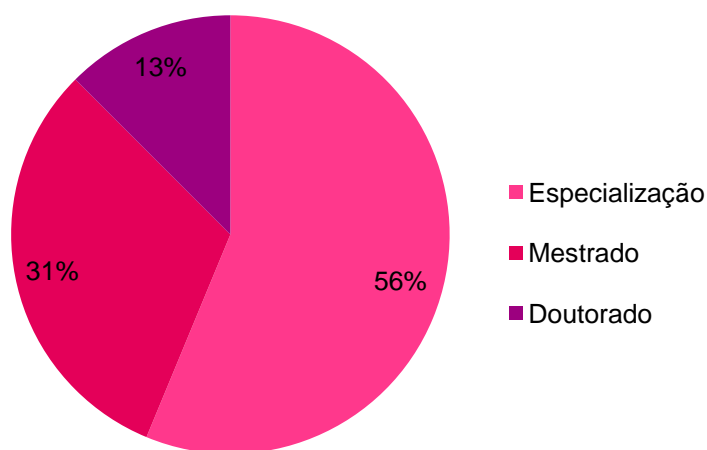
Compete aos profissionais, técnicos ou convidados, que estejam atuando na função de docência, mediação ou eventual preceptoria: 1) formular projetos pedagógicos; 2) ministrar aulas; 3) elaborar material didático; e 4) orientar, acompanhar e avaliar discentes e atividades didáticas durante a realização dos cursos ou, em alguns casos, durante o processo de trabalho, quando tomado como fio condutor das ações educativas.

Os docentes convidados terão sua indicação realizada pelo colegiado dos cursos ou, quando for o caso, pela coordenação de cada curso, com aprovação do Colegiado de Gestão da ESPBA e mediante critérios previamente definidos e que levam em conta a especificidade de cada perfil profissional e as características do curso.

Os docentes poderão receber por hora/aula ministrada por meio da instrutoria interna ou bolsa, quando a ação educativa for financiada pelo Ministério da Saúde ou SESAB. No que se refere à mediação, orientação de trabalhos de pesquisa e acompanhamento de estágios, a ESPBA não possui recursos financeiros para gratificação, o que torna necessário pactuar com estes trabalhadores para que parte da sua carga horária seja destinada às ações educativas de forma colaborativa. Todas as pactuações estão em conformidade com as normas, necessidades e condições existentes na instituição e com as pactuações realizadas com cada profissional, técnico ou docente que, por livre e espontânea vontade, assine um termo de compromisso para participar de determinado curso ou processo educativo.

Os docentes que compõem o quadro técnico da ESPBA estão distribuídos no Gráfico 4 de acordo com a titulação. Todos possuem desde especialização a mestrado e doutorado – concluídos ou em fase de conclusão.

Gráfico 4. Quadro docente da ESPBA segundo titulação, Bahia, 2021.



Fonte: elaboração por Ricardo Cardoso para o PDI ESPBA 2021-25.

3.3 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A DISCENTES

As políticas de atendimento a discentes correspondem às ações que visam o acolhimento, a permanência e o êxito daqueles que ingressam nos processos educativos da instituição, a fim de propiciar a melhor experiência de aprendizagem.

Na ESPBA, a política de atendimento a discentes pode ser verificada desde as formas de acesso, através de editais públicos ou de convocação direta, no desenho metodológico dos cursos, com vistas a atender as especificidades do nosso público-alvo, e no acompanhamento de todo o processo de ensino-aprendizagem, através da escuta ativa dos sujeitos envolvidos, com vistas a identificar ajustes no trabalho pedagógico e/ou situações subjetivas que possam influenciar no prosseguimento da formação.

Considerando que os processos formativos da ESPBA são criados pelas necessidades de saúde da população e dos serviços, os cursos buscam se adequar à realidade dos trabalhadores, através da integração entre ensino e serviço, trazendo mais significado para os processos educativos propostos. Nesse contexto, a ESPBA busca identificar as dificuldades que discentes possam manifestar durante os cursos, que podem ser de natureza individual ou coletiva.

Entre as ações de atendimento, destacam-se aquelas que estimulam a permanência e a conclusão dos cursos: aula inaugural para apresentar detalhes da formação como, por exemplo, o calendário de atividades, a metodologia utilizada, o processo avaliativo e a certificação. Existe também a preocupação em comunicar ao corpo docente quais as condições para o trancamento ou desistência nos cursos ofertados e sobre o fluxo para obter atestados e declarações junto à Secretaria Geral de Cursos.

Como ações de curto e médio prazo para qualificar o atendimento a discentes, serão desenvolvidos manuais informativos para serem distribuídos no início dos processos educativos. Além disso, os estudos avaliativos dos processos de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS/BA promovidos pela ESPBA são uma perspectiva que busca responder, entre outras questões, às repercussões dessas formações para os egressos e seus respectivos espaços de atuação.

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA



4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1.1 DIRETRIZES/CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

Os marcos conceituais e indutores da concepção do processo ensino aprendizagem da ESPBA estão ancorados nos diversos documentos de referência da construção do SUS, que ao longo do tempo contribuíram para o fortalecimento da educação na saúde. Entre eles, destacam-se: os relatórios das Conferências Nacionais de Saúde e de Recursos Humanos para a Saúde; a Lei nº 8080/90; a Resolução CNS nº 330, de 04 de novembro de 2003, que aplica “Os Princípios e Diretrizes para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB/RH-SUS)” como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS; a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída através da Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004 e reformulada em 2007; a Resolução MEC/CNE nº 01, de 08 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização; e o Decreto GOVBA nº 7.532, de 19 de fevereiro de 1999, que aprova o Regimento do CEE, mais notadamente na Seção II, que trata das competências sobre a Educação Superior.

Nesse sentido, a ESPBA, para a organização pedagógica dos seus processos formativos, adota como diretrizes as seguintes prerrogativas:

- Centralidade do trabalho nos processos educativos;
- Experiências prévias como base do ensino aprendizagem;
- Construção ativa e compartilhada do conhecimento;
- Protagonismo do discente no processo de aprendizagem;
- Indissociabilidade entre teoria e prática;
- Educação como processo para práticas de trabalho em saúde;
- Conhecimento construído através da mediação pedagógica;
- Problematização como veículo de transformação;
- Territorialização das práticas educativas;
- Avaliação formativa e processual dos processos educativos.

4.1.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A EPS como estratégia da Política de Educação na Saúde tem como base político-pedagógica o processo de trabalho em saúde, em suas diversas formas e dimensões. Assim, baseia-se na reflexão sobre a realidade do trabalho e suas práticas, na problematização, nos pressupostos da educação do adulto e da aprendizagem significativa, com estímulo à utilização das estratégias pedagógicas inovadoras e do EaD, pelo seu poder de capilarização e ampliação do acesso à qualificação pelos trabalhadores (BRASIL, 2004).

Concepção do Trabalho como Princípio Educativo

Por ser indutora de políticas, a ESPBA adota as ações educativas e a concepção do Trabalho como Princípio Educativo (TPE) para os cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização e cursos técnicos. Considerando o público-alvo desta escola, o processo de trabalho destes constitui o fio condutor das propostas pedagógicas. O TPE é uma realidade do trabalho, um elemento que alia a reflexão sobre o trabalho como elemento do processo de ensino e aprendizagem orientado para mudança de prática no sentido de melhoria e para a consciência cidadã. Portanto, o processo de ensino aprendizagem dentro de uma escola do SUS é um processo político e o aprender é importante para o desenvolvimento e para o agir no mundo. Quanto mais se conhece, maior a capacidade de atuar no mundo.

Assim, um ensino que considera o TPE faz da pesquisa um processo pedagógico, já que antes de convocar e orientar para o trabalho, pensa, compreende, explica e transforma o sentido do trabalho. Considerar o TPE equivale dizer que o ser humano é produtor da sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la, pois somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade (CASTAMANS; RODRIGUES, 2020; RAMOS, 2013). Por esta opção conceitual e dos princípios psicopedagógicos da PNEPS, a proposta curricular adotada pela ESPBA para a implementação das ações educativas é o currículo integrado orientado por matriz de competência crítica emancipatória.

Currículo integrado orientado por competências

O currículo integrado valoriza as disciplinas individuais e suas inter-relações. Assim, defender a interdisciplinaridade pressupõe considerar a organização disciplinar e, ao mesmo tempo, conceber formas de inter-relacionar as disciplinas a partir de problemas e temas comuns situados nas disciplinas de referência, como também integração através de tópicos ou

ideias em torno de uma questão da vida prática diária, através de temas e pesquisas trabalhadas pelos discentes de forma ativa (SANTOMÉ, 1998; DAVINI, 1994).

Neste sentido, a proposta pedagógica que fundamenta o currículo integrado orientado por competências busca articular a atuação do professor à proposta de ensino, a prática à teoria, a instituição educacional à comunidade, passando a valorizar os fenômenos essenciais para a formação profissional, onde se aplicam conhecimentos interdisciplinares. Deve-se incluir além dos conteúdos factuais e conceituais, os conteúdos procedimentais e atitudinais, com valorização dos conhecimentos prévios, construção ativa do conhecimento contextualizado na realidade histórica, social e cultural, contemplando o desenvolvimento de competências gerais e específicas (RAMOS, 2013; ZABALA, 2010).

Por essa proposta curricular podemos evidenciar um deslocamento do ensinar para o aprender, por incorporar a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem de forma a conceder autonomia para os mesmos e potencializar a difusão de conhecimento a partir da crítica reflexiva, bem como sensibilizar os profissionais e favorecer a compreensão do indivíduo no seu modo de viver, nos âmbitos biopsicossocial, religioso, cultural e da situação social, o que contribui para o conceito ampliado de saúde e para uma visão integrada na formação em saúde (GOMES et. al, 2019).

Práticas pedagógicas inovadoras

No contexto da educação contemporânea, em especial para a mudança na prática pedagógica em saúde, faz-se necessária a utilização de múltiplas estratégias, de forma a possibilitar uma prática pedagógica inovadora através do uso de sequências didáticas, Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem Baseada em Equipes, estudos dirigidos, painel integrado, situações problemas, método de projetos, dentre outros.

A diversidade de estratégias favorece a abordagem de diferentes tipos de conteúdos, o que permite aprofundar conteúdos, estabelecer relações com o cotidiano dos discentes, considerar seus conhecimentos prévios, desenvolver habilidades para o trabalho em grupo, exercitar o respeito mútuo e a construção do conhecimento no coletivo, estimular o espírito pesquisador e para o enfrentamento de problemas profissionais efetivos com orientação ética e humanística (SOUZA; IGLESIAS; PAZIN-FILHO, 2014; RAMOS, 2013; MITRE et. al, 2008).

Educação inclusiva

Considerar o TPE significa integrar trabalho, educação e cultura, de forma que esta última reflète um Estado diverso e plural. Nesse sentido, o debate e as reflexões sobre a educação inclusiva na ESPBA surgem como uma ação emergente na busca pelo respeito à diversidade. As temáticas raciais, étnicas e de gênero passam então a incorporar as ações educativas promovidas pela escola.

Visando o fortalecimento institucional dessas ações, no ano de 2021 essas temáticas superaram os cursos de formação específica e passam a ser incluídas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, o que possibilita que sejam abordadas de forma transversal, para que a qualificação dos trabalhadores do SUS/BA envolva a compreensão acerca da tolerância, respeito à diversidade e enfrentamento ao preconceito.

4.1.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta integrada possibilita diversidade na organização curricular. Com isso, as propostas de cursos podem ser por eixos temáticos compostos por módulos, módulos e unidades de ensino aprendizagem. Essa organização potencializa o diálogo entre as temáticas trabalhadas, o que facilita a integração, a flexibilização, a diversidade e a qualidade da formação (GOMES et. al, 2019).

As formações são divididas em módulos temáticos, de forma a englobar as seguintes abordagens: tema principal, tema estratégico e metodologia do trabalho científico em saúde. Na primeira abordagem, o foco é no tema central do módulo, ou seja, nos conteúdos vinculados à ementa do componente curricular e que serão submetidos ao processo de avaliação do curso. A segunda abordagem é entendida como tema estratégico por tratar de questões de caráter social, racial, econômico, cultural e atitudinal, de forma transversal, pois estão de modo direto ou indireto relacionadas à atuação profissional no SUS. A última abordagem tem por objetivo contribuir para a construção dos produtos acadêmicos solicitados ao final ou durante o processo educativo. Essa configuração não é estanque, pois depende dos objetivos pedagógicos de cada formação.

A operacionalização do curso através de módulos pretende realizar um movimento de ação-reflexão-ação, através da indissociação teórico-prática, sendo feita de forma centralizada ou descentralizada nos hospitais, centros de referência, unidades de emergência, nível central,

NRS e municípios. Deve focar não só nas dimensões técnicas, mas também nas sociopolíticas, culturais, econômicas e histórico-geográficas, de forma a fortalecer nos respectivos territórios a interação ensino serviço (GOMES et. al, 2019).

Interação pedagógica, Aprendizagem Autodirigida e Interação no trabalho

Os cursos são organizados em encontros presenciais ou virtuais com a realização de atividades em sala de aula ou por ferramenta de interação virtual – aqui denominado Momento de Interação Pedagógica (MIP) –, sob a condução dos docentes e com participação ativa dos discentes. Estes momentos devem possibilitar e fomentar a troca de experiências e saberes entre os envolvidos. Seguindo a metodologia da problematização, os participantes serão convidados a refletir acerca das suas realidades locais de trabalho e das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, seguida da fundamentação teórica sobre as temáticas abordadas e posterior socialização.

Para a fundamentação teórica são necessários os Momentos de Aprendizagem Autodirigida. Este momento é destinado para que o discente possa realizar buscas, leituras, analisar e refletir sobre os temas abordados, fazer síntese para os debates em sala, com carga horária protegida. A Aprendizagem Autodirigida (AAD) é um termo intitulado por Malcolm Knowles (2009), em que, de acordo com o autor, o respeito à individualidade é necessário para que se crie um ambiente de ensino em que o discente direcione o seu próprio aprendizado.

Os módulos estão integrados aos denominados Momentos de Interação no trabalho (MIT), que correspondem aos momentos de interação com a própria prática, com o processo de trabalho, com as ações e serviços existentes na área de abrangência e equipe com a qual atua. Essa atividade é orientada por um roteiro e conta com o acompanhamento do docente mediador de aprendizagem. Interação, nesse sentido, representa a reflexão-ação (e vice-versa) como base nos conteúdos técnico-pedagógicos e com o trabalho em si.

Práticas de estágio e práticas profissionais

As atividades práticas são realizadas por módulo, uma a cada módulo, e remetem ao processo de trabalho e ao aporte teórico do curso. Tem como objetivos:

- Qualificar o processo de trabalho;
- Consolidar o conhecimento teórico (inter-relação teoria/prática);

- Favorecer a interação e o trabalho em equipe;
- Subsidiar a avaliação, funcionando como um dispositivo paratálico.

4.1.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação tem por finalidade ajudar nas decisões sobre a melhor forma de dinamizar a aprendizagem. Nesse sentido, o processo de avaliação na ESPBA é composto pelas avaliações diagnóstica, formativa e somativa, contemplando não só os discentes, mas docentes, estratégias de ensino aprendizagem, recursos didáticos, dentre outros.

Para a avaliação formativa, faz-se necessário o reconhecimento dos objetivos educacionais e do perfil de competências desejado na formação, o que requer conhecimento prévio dos discentes sobre os objetivos pedagógicos a serem atingidos e seus respectivos critérios de desempenho. Nesse processo, o docente pode intervir de forma deliberada, para possibilitar propostas de mudanças ao longo do percurso, isto é, o *feedback* do docente assume papel central com estímulo à aprendizagem e à participação ativa do discente (PINTO e TRONCON, 2014).

A avaliação das competências orientada pelo perfil desejado para o egresso possibilita a utilização de múltiplos instrumentos avaliativos - questionário, *checklist*, memorial, avaliação oral, prova prática, prova escrita dissertativa, seminários, simulação, portfólio, trabalhos em grupos e individuais, auto-avaliação, avaliação por pares, diário cartográfico, Trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros – com vistas a contemplar os múltiplos domínios da aprendizagem significativa relacionada a conhecimentos, habilidades e atitudes.

A aprovação do discente está condicionada a frequência mínima de 75% em cada etapa de aprendizagem, além de nota mínima de 7,0 (sete) pontos, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996).

Em relação à apresentação das informações de notas obtidas nos processos formativos, em alguns contextos o registro numérico não é disposto, mas sim os conceitos “APTO” ou “NÃO APTO”, tendo em vista a característica da instituição e a necessidade de não estimular a competição entre discentes, mas sim a cooperação para a busca dos melhores resultados coletivos que reverberaram nos serviços ofertados pelo SUS.

Na ESPBA, almeja-se o fortalecimento da avaliação em seus diferentes níveis por meio de instrumentos de caráter contínuo e permanente ao longo dos módulos, bem como a avaliação processual e de reação ao final da ação educativa.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS OFERTADAS PELA ESPBA

Visando promover a padronização das práticas de Avaliação de Ações Educativas em Saúde, desenvolveu-se o atual projeto que tem como objetivo implantar a adaptação de um modelo de avaliação que se baseia na estratégica metodológica baseada em níveis (contínua e em profundidade) (HAMBLIN, 1978; KIRKPATRICK, 1993; BORGES-ANDRADE, 1982, 1997, 2002; ABBAD, 2006) utilizada no TD&E (Treinamento, desenvolvimento e Educação) para a avaliação de ações de educação permanente em saúde. Sendo os específicos: promover espaços de qualificação para discutir sobre avaliação em níveis e profundidade; desenvolver acompanhamento e orientação das docentes sobre a execução do processo de avaliação e instituir a avaliação na ESPBA a partir de um fluxo base articulado.

Permitindo assim para além do acompanhamento dos egressos, medir e identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes aprendidos, as mudanças nas práticas profissionais, no ambiente de trabalho e nos indicadores institucionais. Compreendendo em que medida as ações de EPS atenderam as necessidades que foram destinadas, bem como os aspectos de facilidades e dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho para aplicação das competências aprendidas.

Todas essas ações avaliativas subsidiam a gestão pedagógica e a gestão institucional para a tomada de decisão sobre a continuidade, reformulação ou suspensão da ação educativa ofertada, assim como fortalece o compromisso de formação para o SUS como Escola de Governo em Saúde.

4.1.5 PERFIL DO EGRESSO

O egresso da ESPBA tem como perfil esperado o trabalhador apto capaz de integrar-se à estrutura organizacional e funcional do SUS, a intervir sobre as necessidades de saúde da população, pautado por conhecimento técnico e científico, contribuindo para a transformação no mundo do trabalho em saúde, contemplando a ética, a humanização, a reflexão, a crítica e a proposição, e considerando a justiça social, a dignidade e o respeito às diferenças.

4.2 OFERTA DE CURSOS

Segundo o Regulamento da SGC da ESPBA, os cursos podem ser classificados como: atualização, aperfeiçoamento, formação técnica e especialização. Abaixo a caracterização de cada um:

- **Curso de atualização:** cursos que buscam, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma determinada área de conhecimento, possibilitando uma maior compreensão de um determinado tema que subsidiará a ação profissional da área. Tem carga horária mínima de 30 (trinta) horas.

- **Curso de aperfeiçoamento:** cursos que objetivam, principalmente, aprimorar, aperfeiçoar e melhorar conhecimentos e habilidades técnicas de trabalho em uma área de conhecimento em função das mudanças e das inovações ocorridas nas técnicas de trabalho ou na estrutura do campo de ação. Possui carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas.

- **Curso de qualificação:** cursos de qualificação para o nível médio podem ser caracterizados desde cursos de curta duração, oferecidos para trabalhadores da saúde e ou pessoas de comunidades classificadas como prioritárias para ações estratégicas de promoção da saúde, até aqueles cursos de maior duração, cujos currículos são integrantes dos itinerários da formação técnica.

- **Curso de formação técnica:** os cursos de formação técnica de nível médio são de longa duração e oferecidos para trabalhadores da saúde que atuam sem a qualificação específica nas unidades de produção de serviços, ou pessoas de comunidades classificadas como prioritárias para ações estratégicas de promoção da saúde. A carga horária mínima é de 1200 (mil e duzentas) horas.

- **Curso de especialização:** cursos de pós-graduação *lato sensu* que têm como objetivo aprofundar os conhecimentos técnicos, políticos e pedagógicos do profissional em uma área específica de conhecimento, proporcionando um diferencial na sua formação prática e profissional. A carga horária mínima é de 360 (trezentos e sessenta) horas e o discente deverá apresentar trabalho final de conclusão do curso.

Ainda de acordo com o Regulamento da SGC, os processos educativos também podem ser constituídos por outras modalidades de formação e qualificação, como:

• **Ciclos de palestras:** preleção pública sobre determinado assunto técnico, artístico, científico ou literário, vinculado a uma série de palestras pronunciadas por docentes e especialistas no assunto abordado, com a exposição de um tema previamente escolhido por um tempo determinado, seguido de respostas às perguntas formuladas e dirigidas à mesa, mediado pela figura do moderador.

• **Oficinas pedagógicas:** evento que reúne participantes de uma mesma área ou de um mesmo segmento de trabalho destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, aliando a teoria com a prática.

• **Sessões científicas:** ação educativa que visa a produção e a disseminação de conhecimentos, bem como a constante atualização e abertura para o diálogo com a Rede SUS/BA.

5. INFRAESTRUTURA



A ESPBA funciona em sede própria, localizada Av. ACM s/nº, Complexo CAS (Centro de Atenção à Saúde Prof. Dr. José Maria de Magalhães Netto), Iguatemi, Salvador, Bahia. Possui como via de acesso a avenida acima citada. Trafegam nesta área diária e regularmente transportes rodoviários e metroviários. Tem por vizinhança o Shopping da Bahia, a Igreja Universal e a Federação Espírita da Bahia.

O prédio da ESPBA é fruto do Contrato de Repasse nº 277.327-88/2008 subsidiado pela Proposta de Projeto nº 1393771310001080-04 apresentada pela Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), cujo objeto previu a Construção de Unidade de Formação de Profissionais de Saúde, como parte do escopo do Programa de Fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS – ETSUS, Componente 2 do PROFAE. Para cumprimento desse contrato, realizado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Vale ressaltar que em consulta ao Ministério da Saúde com vistas a responder à possibilidade de atender a proposta de Governo do Estado da Bahia de criar uma única Escola de Governo (ESPBA), e esta passar a desenvolver suas ações no prédio anteriormente destinado a Escola de Formação Técnica. A resposta dada à época a esta consulta pela então Coordenadora Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde – CGATES foi positiva, pontuando a não objeção a esse feito “*por não desconfigurar o objeto descrito no Projeto.*” Reforça, ainda, que “... a tomada de decisão em relação à mudança no nome e no objeto da escola, que seria ampliado, cabe ao gestor realizar a avaliação e verificar qual a melhor estratégia, sem que haja prejuízos no funcionamento de ambas as escolas”. Tal fato, portanto, possibilitou o surgimento da ESPBA.

5.1 INSTALAÇÃO

A ESPBA está instalada em uma área construída de 2.638,74 m², distribuída em três pavimentos, a saber:

- **Térreo:** copa, recepção, sala técnica, sanitários (masculino, feminino e para pessoa com deficiência), elevador, sala de atividades, almoxarifados 1 e 2, SGC, biblioteca, auditório com capacidade para 190 pessoas e *hall* de entrada;

• **1º pavimento:** sanitários (masculino, feminino e para pessoa com deficiência), laboratório de informática, sete salas de aula, reprografia, sala da Revista Baiana de Saúde Pública, refeitório, sala técnica, setor administrativo, setor pessoal (recursos humanos) e CAAE;

• **2º pavimento:** sanitários (masculino, feminino e para pessoa com deficiência), COPEPTE, ilha de edição, sala de estudos e pesquisas, setor de Tecnologia da Informação, Comitê de Ética em Pesquisa, Comissão Estadual de Residência Médica da Bahia, laboratório de Enfermagem, CIET, Coordenação de Formação Técnica e Pós-Graduada, sala de reunião, CPR, diretoria (sala de reunião, recepção e sala da diretora), sala técnica, CORES (sala do coordenador, recepção e sala da equipe técnica), Comissão de Residência Médica e laboratório de Odontologia.

Também dispõe de estacionamento privativo com 32 vagas.

5.2 EQUIPAMENTOS

A ESPBA dispõe de diversos equipamentos, como: computadores, impressoras da Escrita (contrato de locação impressão corporativa), *scanners*, projetores multimídia, telas de projeção, notebooks, televisores LCD e LED, mesa de som com oito canais, caixa amplificada, microfones sem fio, *home theater*, servidor de dados, *access point*, estabilizadores, *nobreak*, circuito CFTV com 10 câmeras, roteadores, *racks* e *switches*.

5.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca encontra-se em funcionamento das segundas às sextas-feiras, das 08:00h às 17:00h. Nela, o acervo atual conta com aproximadamente 5.200 itens, entre livros didáticos registrados, catalogados e classificados, obras de referência, teses, dissertações, periódicos, folhetos, jornais, diários oficiais e cópias de DVDs/CDRs.

Atualmente, a ESPBA integra o Sistema de Bibliotecas da SESAB, que tem como objetivo promover o acesso democrático às fontes de informação em saúde no âmbito do SUS (acesso em: www.saude.ba.gov.br/biblioteca). Também mantém cooperação técnica com a Rede BiblioSUS, do Ministério da Saúde, visando apoiar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos profissionais da rede SUS/BA. Em cooperação técnica entre o CONASS e a BIREME/OPAS/OMS, o setor da Biblioteca da ESPBA mapeou e selecionou as

publicações da SESAB para inclusão na BVS CONASS, Rede BiblioSUS e LILACS (disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/conass/>).

O acervo da Biblioteca encontra-se disponível ao público em geral para consulta local e leitura. É possível o acesso *on-line* a bases de dados nacionais e internacionais, consulta local ao acervo, empréstimo domiciliar, fornecimento de cópias de artigos, além da orientação ao usuário para elaboração de trabalhos técnicos e científicos.

Tem por principais bases de dados: BVS Saúde Pública, base de *E-books* da Editora Springer, base de *E-books* da Editora Atheneu, base de *E-journals* da Editora Gale.

5.4 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Comunicar é um processo inerente à capacidade humana, potencializa a relação entre os indivíduos, amplia conhecimentos, cria unicidade e possibilita a interação em ambientes diversificados. Se tratando de um espaço institucional, serve como um instrumento estratégico de gestão, seja na solidificação da cultura interna (crenças e valores), nas filosofias (políticas de gestão e estratégias de ação), seja na formação da imagem institucional (VIANA, 2001).

O caráter estratégico da comunicação é ser premissa básica no ambiente da ESPBA, o que implica em ações claramente definidas e que superam a ideia de que a comunicação institucional seja apenas o reforço da imagem. Além disso, tal como ressalva Kunsch (2003), deva ser pensada também para a sociedade onde está inserida.

O processo de comunicação interna e externa na ESPBA cabe à COPEPTE, conforme competências atribuídas a esta coordenação e em alinhamento com a SUPERH/SESAB e a Assessoria de Comunicação (ASCOM) da SESAB.

A comunicação interna agiliza o fluxo de informação na perspectiva “de dentro” (VIANA, 2001). A eficácia da comunicação passa pela valorização dos indivíduos e deve estar em consonância com as demais atividades institucionais. Essa premissa tem sido respeitada pela ESPBA, que busca salientar estratégias que criem canais ativos e transparentes de comunicação entre seus trabalhadores, oportunizando mudanças culturais necessárias.

Nesse sentido, destacam-se como ferramentas/ações de integração: o ESPBA Comunica: rede de comunicação interna que atualiza o corpo técnico sobre as principais notícias e comunicados que envolvem a escola; grupos e lista de transmissão no *WhatsApp*; seminários, palestras, web palestras e congêneres em ações de saúde, informações técnicas ou atividades desenvolvidas pela ESPBA, das quais os trabalhadores são incentivados a participar; folder e *cards*, ferramentas utilizadas na divulgação de eventos internos ou na promoção da imagem da escola; e o mural, que contém informações técnicas, notícias sobre cotidiano e saúde, agenda de eventos culturais, além da divulgação de campanhas envolvendo ações na área da saúde e afins.

No âmbito da comunicação externa, as ações possuem foco nas oportunidades de ampliação da visibilidade da ESPBA. Seu envolvimento está ligado aos eventos e atividades que colocam em evidência a imagem da escola através da divulgação de informações sobre

atividades, projetos e outras realizações. Para tal alcance, destacam-se: notas e notícias publicadas no site da SESAB, que hospeda a página da ESPBA (acesso em: <http://www.saude.ba.gov.br/educacao/>); conteúdo audiovisual institucional; publicações e transmissões *online* em redes sociais, como o *Facebook* (acesso em: <https://pt-br.facebook.com/espba.saude/>) e o *Youtube* (acesso em: <https://www.youtube.com/c/espbasesab>); elaboração de material criativo e informativo sobre a ESPBA e suas atividades.

5.4.1 OTIMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O processo de comunicação enquanto elemento fluído necessita de constante otimização, tendo em vista a manutenção da sua eficácia. Para tanto, busca-se:

- Melhorar a comunicação da ESPBA e de sua produção no meio da saúde;
- Potencializar o conhecimento dos servidores públicos, especialmente os da rede SESAB, sobre as atribuições da ESPBA enquanto Escola de Governo e do SUS;
- Ampliar o relacionamento com o público interno;
- Aproximar a ESPBA da comunidade externa;
- Estreitar a relação entre a ESPBA e os discentes; e
- Estabelecer uma parceria com os meios de comunicação da cidade, através da ASCOM/SESAB.

6. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



A gestão financeira da ESPBA está diretamente vinculada à SUPERH/SESAB, de forma que o financiamento de suas ações e os custos para manutenção são de responsabilidade da respectiva superintendência, Unidade Gestora Orçamentária e Financeira, por meio de 04 Projetos/Atividades/Operações Especiais (PAOE), a saber:

- 1) PAOE – 2560: Funcionamento do Serviço de Residência em Saúde;
- 2) PAOE – 3054: Formação na Área de Saúde;
- 3) PAOE – 3107: Formação de Nível Médio e Pós-Médio na Área de Saúde;
- 4) PAOE – 4477: Reordenamento da Formação Profissional em Saúde.

A ESPBA, alinhada à Política Nacional de Educação Permanente – PNEPS, também viabiliza processos educativos ofertados por meio de recursos financeiros advindos do Ministério da Saúde – MS, assegurados por meio de portaria específica que visa apoiar os Planos Estaduais de Educação Permanente em Saúde, construídas pelas secretarias sob a condução das estruturas de Gestão da Educação na Saúde e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), observando as necessidades de formação identificadas e o diagnóstico epidemiológico do Estado.

No intuito de fortalecer os processos da ESPBA, busca também incremento de recursos através de convênios com instituições públicas da área da saúde, de educação e de produção e disseminação do conhecimento local e nacional.

Vale ressaltar que as ofertas permanentes das ações educativas desenvolvidas por esta instituição são implementadas prioritariamente com recursos próprios, utilizando a carga horária dos servidores aqui lotados, para o planejamento, docência, coordenação, produção de material didático, acompanhamento técnico e pedagógico.

Outra estratégia para desenvolver suas atividades de Educação Permanente e qualificação se dá por meio de articulações intra e interinstitucionais com as diversas áreas técnicas da SESAB, dos municípios e parcerias nacionais como a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública e Rede de Escolas Técnicas (Ret-SUS), visando o trabalho colaborativo.

7. PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



Segundo Teixeira (2010), planejar consiste em desenhar, executar e monitorar propostas de intervenção sobre um determinado problema ou situação da realidade. Dentre os enfoques teórico-metodológicos para o Planejamento em Saúde, o Planejamento Estratégico Situacional (PES), representado pelo economista chileno Carlos Matus, corresponde a uma proposta conceitual e metodológica que organiza o processo de planejamento em uma dada situação.

Para Matus (1993), o PES é organizado por momentos, a saber: o “explicativo”, o “normativo”, o “estratégico” e o “tático-operacional”. O primeiro corresponde à análise da situação, isto é, à identificação e explicação dos problemas e do contexto relacionado; o segundo, à decisão política do que fazer, através da definição da situação-objetivo; o momento “estratégico” designa a operacionalização do que fazer, junto da análise de viabilidade das operações propostas; a execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, por fim, correspondem ao momento “tático-operacional” (TEIXEIRA, 2010; MATUS, 1993).

Dentro dessa perspectiva estratégico-situacional, o Planejamento e Programação Local em Saúde (PPLS) é uma alternativa que permite a organização de ações no nível local para a superação de problemas levantados através da negociação entre atores com capacidade de agir diante da situação-problema. Para isso, e conforme o PES, o PPLS se desenvolve através das técnicas de: identificação e explicação dos problemas (momento “explicativo”); definição da situação-objetivo, através da priorização dos problemas levantados, e análise de coerência (momento “normativo”); desenho das estratégias e análise de viabilidade (momento “estratégico”); e execução, monitoramento e avaliação das ações (momento “tático-operacional”) (EPSJV, 2004).

Aplicado aos instrumentos de planejamento e gestão no SUS, o desenho metodológico-operacional acima apresentado viabiliza a construção da Programação Anual de Saúde (PAS) da ESPBA. Alinhada aos Planos Estaduais de Saúde da Bahia, que são elaborados a cada quatro anos, a PAS operacionaliza anualmente as intenções expressas nos PES através de objetivos, diretrizes e metas.

Enquanto instrumento de gestão da ESPBA, a PAS deve contemplar a Programação Operativa Anual (POA) de cada setor, de forma que este último instrumento representa a operacionalização da PAS em cada unidade da escola e, para tanto, deve descrever as

atividades, metas previstas, prazos e responsáveis, alinhados aos objetivos e ações pactuados anteriormente.

O monitoramento e a avaliação do planejamento ora pactuado prevê a definição de indicadores de monitoramento e alcance dos resultados através do grau de cumprimento das metas, além das facilidades e dificuldades envolvidas no processo de execução das ações previstas. Esta etapa cabe aos Relatórios de Gestão, que são elaborados com periodicidade definida (trimestral, quadrimestral, anual...) e devem relatar a execução da PAS e das POA através do alcance dos resultados (BRASIL, 2009).

REFERÊNCIAS

ALELUIA, L. R.; COUTO, O. K.; OLIVEIRA, T. D. T. Estruturação da área de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde na Bahia de 1971 – 2004. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.30, n.1, p.105-128, jan/jun 2006.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jun 2021.

CASTAMANS, A. S.; RODRIGUES, R. A. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar Mossoró**, v. 6, n. 17, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 330, de 04 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_03.htm>. Acesso em: 07 jul 2021.

DAVINI, M. C. **Currículo integrado**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS. Capacitação pedagógica para instrutor/supervisor: área da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, p. 39-58, 1994.

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>. Acesso em: 31 mai 2021.

Decreto nº 7.532, de 19 de fevereiro de 1999. Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78479/decreto-7532-99>>. Acesso em: 07 jul 2021.

ESCOLA DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE PROF. JORGE NOVIS. **Projeto Político Pedagógico**. Salvador, 2007. 29p.

ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA PROF. FRANCISCO PEIXOTO MAGALHÃES NETTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017**. Salvador, 2014. 42p.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Planejamento e programação das ações de vigilância da saúde no nível local do Sistema Único de Saúde / VILASBÔAS, A. L. Q.** – Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ EPSJV /PROFORMAR, 2004. 68p. : II. – (Série: Material didático do Programa de Formação de agentes Locais de Vigilância em Saúde).

GOMES, D. F.; CAVALCANTE, A. S. P.; NETO, O. A. P.; DIAS, M. S.; VASCONCELOS, M. I. O. Currículo integrado nos bacharelados na área da saúde: um estudo das evidências científicas. **Sau & Transf. Soc.** Florianópolis, v. 10, n.1/2/3, p. 209-217, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Decreto nº 19.001, de 02 de abril de 2019.** Altera o Regimento da Secretaria da Saúde – SESAB, aprovado pelo Decreto nº 10.139, de 06 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19001-de-02-de-abril-de-2019>. Acesso em: 19 mai 2021.

KUNSCH, M. K. **Planejamento de Relações públicas na Comunicação organizacional.** São Paulo: Summus, 2003.

Lei nº 11.373, de 05 de fevereiro de 2009. Reestrutura o Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, criado pela Lei nº5. 828, de 13 de junho de 1990, e reestruturado pela Lei nº 8.361, de 23 de setembro de 2002, bem como o seu Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), e dá outras providências. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/231146/lei-11373-09>>. Acesso em: 23 jun 2021.

Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013. Reestrutura as carreiras de médico e regulador da assistência em saúde, pertencentes ao grupo ocupacional serviços públicos de saúde, e institui o seu Plano de Cargo, Carreira e Cencimentos - PCCV, na forma que indica. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12822-2013-bahia-reestrutura-as-carreiras-de-medico-e-regulador-da-assistencia-em-saude-pertencentes-ao-grupo-ocupacional-servicos-publicos-de-saude-e-institui-o-seu-plano-de-cargo-carreira-e-vencimentos-pccv-na-forma-que-indica>>. Acesso em: 23 jun 2021.

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 31 mai 2021.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 21 jul 2021.

Lei nº 9.510, de 31 de maio de 2005. Cria a carreira de regulador da assistência em saúde, no âmbito da Secretaria Da Saúde Do Estado, reestrutura o cargo de sanitarista e altera as Leis nº 7.306, de 23 de janeiro de 1998, 8.361, de 23 de setembro de 2002, e 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-9510-2005-bahia-cria-a-carreira-de-regulador-da-assistencia-em-saude-no-ambito-da-secretaria-da-saude-do-estado-reestrutura-o-cargo-de-sanitarista-e-altera-as-leis-nos-7306-de-23-de-janeiro-de-1998-8-361-de-23-de-setembro-de-2002-e-8-889-de-01-de-dezembro-de-2003-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 23 jun 2021.

Lei Ordinária nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 26 mai 2021.

LEMOS, M. O Desenvolvimento Institucional da Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia no contexto da Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.37, n.1, p.255-261, jan/mar 2013.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993.

MENDES, R.; SACARDO, D. P. Formação profissional em saúde: do conhecimento instrumental ao trabalho como princípio educativo. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 18, n. 2, p. 108-118, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 01, de 08 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>. Acesso em: 07 jul 2021.

Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12 de Novembro de 2009**. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Brasília, 2009.

Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial MS/MEC nº 2.118, de 3 de Novembro de 2005**. Institui parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na área da saúde. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS) : uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MITRE, S. M; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDI-DE-MENDONÇA, J. M.; MORAIS-PINTO, N. M.; MEIRELLES, C. A. B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 13(Sup 2):2133-2144, 2008.

PINTO, P. M. P; TRONCON, L. Avaliação do estudante – aspectos gerais. **Medicina (Ribeirão Preto)** 2014; 47(3): 314-23.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Diretrizes para elaboração. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/diretrizes-mec-para-elaboracao-pdi.pdf>>. Acesso em: 31 mai 2021.

Plano Estadual de Saúde – PES 2020-2023. Salvador, 2019. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/PES-2020-2023.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2021.

Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <www.saude.gov.br/sgtes>. Acesso em: 02 dez 2020.

Portaria nº 1.107, de 10 de outubro de 2019. Regulamenta o acesso aos cenários de ensino-aprendizagem de formação técnica, graduação e pós-graduação, inclusive em formato de residências, nos Estabelecimentos de Saúde da Rede Própria de gestão direta e indireta da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Disponível em:<<http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/PORTARIA-no-1107-de-10-10-2018.pdf>>. Acesso em: 04 jun 2021.

Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html>. Acesso em: 07 jul 2021.

RAMOS, A. S. **A institucionalização de um aparelho formador: o caso da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 1971-2006.** Tese [Mestrado em Saúde Comunitária] – UFBA. Salvador, 2011. 172 p.

RAMOS, D. K. A aprendizagem colaborativa e a educação problematizadora para um enfoque globalizador. **Cadernos da Pedagogia.** São Carlos, ano 6 v. 6 n. 12, p. 105-115, 2013.

ROVERE, M. A Reforma Sanitária Brasileira é um exemplo de organização em rede. [Entrevista concedida a] **Revista RETSUS**, Rio de Janeiro, n. 4, p 2-3, dez. 2004.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Diretor de Regionalização do estado da Bahia.** Salvador, 2020. Disponível em: <<https://obr.saude.ba.gov.br/assets/docs/Cartilha%20-%20Plano%20Diretor%20de%20Regionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20da%20Bahia%20-%202020.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2021.

SOUZA, C. S.; IGLESIAS, A. G.; PAZIN-FILHO, A. Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais: aspectos gerais. **Medicina**, v.47, n.3, p. 284-292, 2014.

TEIXEIRA, C. **Enfoques teórico-metodológicos do planejamento em saúde.** In: Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências / TEIXEIRA, C. F. - Salvador : EDUFBA, 2010. p. 17-32.

VIANA, F. **De cara com a mídia: Comunicação corporativa, relacionamento e cidadania.** São Paulo: Negócio Editora, 2001.

ZABALA, A. ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências.** Porto alegre. Artmed, 2010.